

*Município de Mogadouro*

*Câmara Municipal*

# **Relatório de Gestão**

*do ano de 2015*

*APROVAÇÕES*

*Câmara Municipal*  
*Em 2 de abril de 2016*

*Assembleia Municipal*  
*Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016*



ÍNDICE

I – ENQUADRAMENTO LEGAL -----	2
II – LINHAS DE INTERVENÇÃO -----	3
1 - Educação e cultura -----	3
2 - Saúde e qualidade de vida -----	8
3 - Desporto -----	8
4 - Ação Social -----	9
5 - Segurança -----	9
6 - Atração e dinamização da iniciativa empresarial -----	10
III – QREN 2007/2015 -----	11
IV – GESTÃO FINANCEIRA -----	13
1.    Análise da Execução Orçamental 2015 -----	16
1.1.    RECEITA -----	17
1.1.1. Execução Orçamental da Receita -----	17
1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal -----	19
1.2.    DESPESA -----	27
1.2.1. Execução Orçamental da Despesa -----	27
1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal -----	30
1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos -----	42
1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos -----	45
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal -----	46
2.    Endividamento -----	49
3.    Despesas com o Pessoal -----	53
4.    Poupança Corrente -----	54
5.    Fluxos de Caixa e Operações de Tesouraria -----	54
V – ANÁLISE PATRIMONIAL -----	56
1.    Evolução da Situação económica e Financeira -----	56
1.1. Análise ao Balanço -----	58
1.2. Análise à Demonstração de Resultados -----	62
Proposta de Aplicação dos Resultados -----	66
Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados -----	67

**I - Enquadramento Legal**

*No estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de 2015, pelo que o órgão executivo submete à apreciação e votação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas do ano económico de 2015.*

*Porém, tendo em vista o controlo político, a competência para elaboração da prestação de contas nas autarquias locais é do órgão executivo colegial das autarquias locais (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) conforme previsto na alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional pelo Tribunal de Contas estabelecido na Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - LOPTC), e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central*

*A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está também patente no n.º 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.*

*O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão.*

*Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001*

*- Instruções n.º 01/2001 - 2.ª S - Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no D.R. II.ª Serie, n.º 191, de 18/08/2001 com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 6/2013-2ª Secção, publicada no D.R. 226 em 21 de Novembro de 2013.*

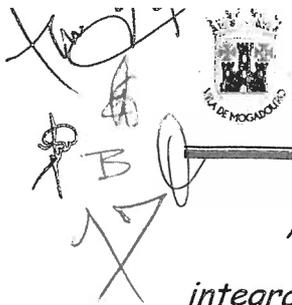
*Este relatório faculta aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências para uma melhor compreensão e avaliação do seu conteúdo.*

*Com este relatório, pretende-se dar a conhecer aos órgãos representativos da autarquia e a todos os que direta ou indiretamente se relacionam com o Município de Mogadouro, de forma clara, concisa e detalhada, a situação financeira do Município no final do ano de 2015, bem como a evolução que neste documento se encontra patente e que resulta, também, das políticas e opções do executivo camarário.*

## **II – Linhas de Intervenção**

### **1 – Educação e Cultura**

*A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) é, indubitavelmente, um dos mais importantes equipamentos culturais que o Município de Mogadouro coloca ao dispor de todos os Munícipes e, neste sentido, pretende constituir-se como um equipamento à escala do seu tempo. Toda a sua organização está pensada numa lógica contemporânea de Biblioteca Pública, pretendendo responder às necessidades de uma comunidade exigente e às especificidades de uma Sociedade em constante mudança e, nesta lógica, a oferta de informação ultrapassa o documento impresso, apoiando-se em todos os suportes de informação existentes e na Internet.*



*A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC), com a tipologia BM1, integra a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), foi inaugurada no dia 10 de setembro de 2009 e o seu edifício, de traça contemporânea, foi projetado pelo arquiteto Victor Mogadouro.*

*O nome desta nova "casa dos livros" de Mogadouro homenageia o escritor José Francisco Trindade Coelho (1861-1908), natural do concelho, e alberga o espólio do mesmo. O referido espólio é constituído por manuscritos, livros, revistas, jornais e recortes, fotografias, objetos de decoração, mobiliário e diversas peças de uso pessoal.*

*A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC), à semelhança das suas congéneres e segundo o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, tem "as seguintes missões-chave, relacionadas com a informação, a literacia, a educação e a cultura deverão ser a essência dos serviços da biblioteca pública:*

- Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;*
- Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;*
- Oferecer possibilidades de um criativo desenvolvimento pessoal;*
- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens;*
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;*
- Facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas;*
- Fomentar o diálogo intercultural e, em especial, a diversidade cultural;*



- Apoiar a tradição oral; assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação à comunidade;

- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;

- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;

- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Distribuída por diversos Espaços e Zonas (Secção Infanto-juvenil; Secção de Adultos; Consulta Local; Leitura e Exposição de Periódicos; Zona de Exposições; Sala Polivalente; Cafetaria) que convidam à descoberta, a coleção e os recursos de informação desta Biblioteca foram selecionados com o intuito de proporcionar, aos seus Utilizadores/Leitores, uma viagem pela informação e pelo conhecimento que satisfaça e incentive as suas necessidades ao nível da educação, formal ou informal, conhecimento e lazer.

Atualmente, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) oferece, gratuitamente, aos seus Utilizadores/Leitores um conjunto diversificado de Serviços, nomeadamente:

- Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE);
- Serviço de Empréstimo Domiciliário;
- Leitura Presencial;
- Serviço de Referência;
- Serviços TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Serviço de Empréstimo Inter bibliotecas;
- Serviço de Animação Cultural;
- Serviço de Sugestões e Reclamações.

*A Biblioteca como "organismo vivo", como espaço de lazer, de cultura e para a cultura, oferece, também, o Serviço de Extensão Cultural, através do qual promove, para os seus diferentes públicos, atividades culturais de diferentes tipologias. Neste sentido, realizam-se, na Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) diversas atividades: Horas do Conto, Horas do DVD, Ateliês de Expressão Plástica, Visitas Guiadas, Exposições e Mostras Bibliográficas, Encontros com Escritores, Formações Diversas, entre outras.*

*No ano de 2015, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) foi visitada por 13.584 (treze mil quinhentos e oitenta e quatro) Utilizadores/Leitores, realizou 181 (cento e oitenta e uma) atividades, realizou 3.807 (três mil oitocentos e sete) pedidos de empréstimo domiciliário e adquiriu diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico.*

*Pretende-se, então, desta forma, criar uma Biblioteca do e para o séc. XXI, ativa na sua comunidade e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo, muito informada.*

*Em fevereiro de 2015, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) venceu o concurso "BibliotecAtiva" e foi considerada/eleita "a mais bela" biblioteca municipal portuguesa.*

***Ainda nesta área:***

- *Apoiamos a apresentação dos livros "Relevos" de Virgínia do Carmo, "Gritos, Ecos e Silêncio" de Adelaide Monteiro e "Doces Recordações";*
- *Promovemos a Mostra Bibliográfica "O 25 de abril em livros";*
- *Realizamos mais uma edição da Feira do Livro;*
- *Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular;*

- 
- *Continuamos a colaborar com o Agrupamento de Escolas em diversas vertentes;*
  - *Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares, equipamentos escolares e pessoal não docente;*
  - *Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares;*
  - *Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares a todos os graus de Ensino de Mogadouro;*
  - *Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;*
  - *Promovemos as exposições de pintura de Adelaide Monteiro e "Eu sou" de Manuela Rodrigues;*
  - *Promovemos as palestras "Miguel Torga e Trindade Coelho" «a mesma terra e o mesmo crer» Garret e as mulheres;*
  - *Promovemos o espetáculo de teatro "Terra Mate";*
  - *Desenvolvemos ainda um conjunto de atividades direcionadas para crianças, famílias e idosos como o concerto de Natal, o dia do Pai Natal, o 7º Concurso de Presépios, o concurso de máscaras, a receção ao emigrante, os encontros de anciãos, dos Cantares dos Reis e venatório do nordeste transmontano;*
  - *Organizamos a visita da Virgem Peregrina da nossa Senhora de Fátima ao concelho de Mogadouro;*
  - *Organizamos as Comemorações do 25 de abril e das amendoeiras em flor.*



## 2 – Saúde e Qualidade de Vida

- *Concretizámos o programa de Ocupação dos Tempos Livres das crianças e jovens através das Férias de Páscoa e Verão em Movimento,*
- *Comemoramos o dia mundial do coração;*
- *Procedemos a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 57 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo;*
- *Fizemos 225 deslocações ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais para realização de consultas e exames, tendo sido transportadas 631 pessoas que precisavam de cuidados médicos;*
- *Promovemos aulas de dança e de música através da contratação de empresas da especialidade;*
- *No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, estiveram em funcionamento 39 aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social;*
- *Celebramos um protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos;*
- *Celebramos um protocolo com a LEQUE para apoio a pessoas com necessidades especiais;*

## 3 – Desporto

- *Organizamos o dia e a Gala do Desporto e a caminhada colorida;*
- *Promovemos os encontros amigável, regional e nacional de Gira-Vólei;*
- *Apoiamos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho;*
- *Realizamos o torneio de futebol inter aldeias;*
- *Procedemos à requalificação de Polidesportivos no Concelho;*



- *Promovemos aulas de ginástica, acompanhadas por técnicos da especialidade;*
- *Patrocinamos as provas de atletismo integradas nas festas da flor da amendoeira;*
- *Apoiamos os passeios pedestres organizados nas diversas freguesias.*

#### **4 – Ação social**

- *Promovemos mais uma edição da Feira Social;*
- *Apoiamos 4 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações;*
- *Procedemos à melhoria de alojamento de 3 famílias com dificuldades financeiras com grandes reparações nas suas casas;*
- *Isentamos o pagamento de renda e das tarifas de água a duas famílias;*
- *Apoiamos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia e Cruz Vermelha através da celebração de protocolos;*
- *Atribuímos subsídio para compra de lentes a uma criança;*
- *Suportamos as despesas com o internamento de uma pessoa na unidade de cuidados continuados.*

#### **5 – Segurança**

- *Continuámos o apoio e acompanhamento da Comissão Municipal de Proteção Civil, com a nomeação do Comandante Operacional Municipal;*
- *Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;*
- *Promovemos a realização de um seminário sobre o tema "Gestão do Stress e riscos Psicossociais no trabalho";*

- 
- *Participámos conjuntamente com o Corpo de Bombeiros em exercícios, simulacros e ações de sensibilização à população;*
  - *Continuámos a acompanhar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na promoção dos direitos da criança e na prevenção do risco.*

## **6 - Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial**

- *Continuámos o processo de revisão do Plano Diretor Municipal;*
- *Continuámos a apostar numa política de atracção e captação de novos projetos empresariais de investimento nas áreas da indústria, comércio e serviços, através da ampliação da Zona Industrial;*
- *Continuámos a realizar diligências no sentido de construir a ligação da Zona Industrial ao IC5, que permitirá um maior e melhor fluxo de trânsito, fundamental para a viabilidade dos investimentos económicos;*
- *Atribuímos de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal, para apoio à criação/manutenção de postos de trabalho, subsídios a duas empresas, subsidiando também outras 4 na sua implantação ou melhoria da transformação dos seus produtos;*
- *Continuámos a apostar na organização e/ou apoio de eventos que potenciem a valorização da gastronomia e na promoção dos produtos locais, nomeadamente através da Feira dos Gorazes, Feira Franca/Amendoeiras em flor e Festival Terra Transmontana, que além de permitirem uma maior visibilidade e melhor oferta de negócio dos produtos regionais, expostos pela população do concelho, atrai também a participação de expositores dos mais variados e longínquos locais do país.*
- *Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com a vacinação.*

**III - QREN 2007/2015**

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

*Embora 2013 tenha marcado o fim da vigência temporal do QREN 2007/2013, durante os anos de 2014 e 2015, ainda foi possível ver aprovadas candidaturas ao abrigo do envelope financeiro que lhe estava inerente.*

*O quadro que se segue reflete os montantes apresentados e aprovados para o Município de Mogadouro, nos últimos 2 anos, nos diversos programas.*

<i>Data</i>	<i>Programa</i>	<i>Designação</i>	<i>Valor Elegível</i>	<i>Comparticipação</i>
15/04/2014	ON 2	Loteamento Industrial de Mogadouro - III Fase	950.123,50 €	807.604,98 €
17/04/2015	ON 2	Construção da Variante da Zona Industrial ao IC5	878.657,94€	746.859,25€
30/04/2015	ON 2	Centro de Interpretação do Mundo Rural	1.117.327,96 €	949.728,77 €
15/06/2015	POCTEP	Cilindro e Trator	114.350,00 €	85.762,50 €
30/06/2015	FRONTECO	Pavimentação do Castelinho à Zona Industrial	140.000,00 €	105.000,00 €
05/08/2015	ON 2	Requalificação do Parque Infantil do Bairro S. Sebastião/Polidesportivo	116.600,00 €	99.110,00 €
05/08/2015	ON 2	Requalificação dos Polidesportivos do Concelho	262.235,24 €	222.899,95 €
23/09/2015	POVT	Depósito de água do Penedo e adutora entre Penedo e o Castelinho	145.543,96 €	123.712,37€
<b>Totais</b>			<b>3.724.838,60 €</b>	<b>3.140.677,80 €</b>

*Assim, no final do ano 2015, o Município de Mogadouro, tinha aprovado no âmbito do QREN 2007/2013, nos anos seguintes, um envelope FEDER de 3.140.677,80 €, o que correspondia a um volume de investimento de 3.724.836,60 €. A taxa de execução global, naquela data, rondava os 86%.*

*Destas candidaturas, no final de 2015, com exceção da construção da Variante e do Centro de Interpretação os projetos estavam física e financeiramente concluídos, mas conforme o mapa seguinte, alguns deles ainda*

*não obtiveram qualquer pagamento por parte das entidades financiadoras. O mapa contém também os valores totais pagos e saldos por pagar, relativamente a todos os projetos que aguardam o fecho das mesmas pelas entidades competentes.*

<i>Projetos</i>	<i>Valor Pago</i>	<i>Saldo</i>
Loteamento Industrial de Mogadouro - III Fase	767.224,71 €	40.380,27 €
Construção da Variante da Zona Industrial ao IC5	0,00 €	746.859,25 €
Centro de Interpretação do Mundo Rural	450.847,39 €	498.881,38 €
Cilindro e Trator	0,00 €	85.762,50 €
Pavimentação do Castelinho à Zona Industrial	0,00 €	105.000,00 €
Requalificação do Parque Infantil do Bairro S. Sebastião/Polidesportivo	94.154,50 €	4.955,50 €
Requalificação dos Polidesportivos do Concelho	210.904,82 €	11.995,13 €
Depósito de água do Penedo e adutora entre Penedo e o Castelinho	0,00 €	123.712,37 €
Loja Interativa de Turismo de Mogadouro	117.291,31 €	6.173,23 €
Núcleo de Cozinhas Regionais de Mogadouro	1.086.965,87 €	22.712,96 €
Recuperação e Valorização ambiental da Ribeira do Juncal	1.075.641,79 €	13.512,81 €
Centro de aldeia tecnologia - Escola Primária de Valverde	120.782,90 €	6.357,00 €
Escola do 1º. CEB e Jardim de Infância de Mogadouro	1.878.699,62 €	98.878,93 €
Polidesportivos descobertos em S. Martinho, Fonte Nova e Castelo Branco	117.854,63 €	6.202,87 €
Ação de requalificação do centro Histórico de Mogadouro -1ª. fase e Largo do Convento	1.828.885,06 €	102.107,24 €
Ação de requalificação do centro Histórico de Mogadouro -2ª. fase	1.376.415,16 €	72.969,89 €
Beneficiação da rede E.M 595 - Pav. da E.M 595 da E.N.221 a Peredo de Bemposta	590.400,02 €	31.073,69 €
Beneficiação da rede municipal - Diversas estradas	1.249.886,34 €	65.783,50 €
Escola do 1º. CEB e Jardim de Infância de Mogadouro - Arruamento Periférico	94.463,91 €	4.971,76 €
<b>TOTAIS</b>	<b>10.293.192,32 €</b>	<b>2.048.290,28 €</b>

*Da análise ao quadro supra, e tendo em conta que as obras da Construção da variante estão suspensas e do valor constante como saldo no Centro de Interpretação, apenas cerca de 28.000,00 € serão pagos, constata-se que no final de 2015, o Município de Mogadouro tem a receber por parte das entidades financiadoras, o valor próximo de 830.000,00 €.*

*Durante o ano de 2015 foi recebida de financiamentos FEDER a importância de 1.884.737,94 €.*

#### **IV - GESTÃO FINANCEIRA**

Principais indicadores da Gestão Orçamental

*O Relatório de Gestão do Município de Mogadouro, procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do período a que se reporta, procurando permitir um conhecimento real e fiável sobre o nível de eficácia atingido face aos objetivos traçados aquando a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o mesmo ano. É assim um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples se visualizarem as informações, que se julgam ser suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira tanto no domínio orçamental como económico e financeiro, de forma a espelhar a eficiência que esteve patente na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pelo Município de Mogadouro, bem como um olhar atento sobre a eficácia no alcance dos objetivos inicialmente aprovados.*

*O presente relatório, pelo conjunto dos elementos e informação reunidos, permite analisar a atividade desenvolvida no Município durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, possibilitando:*

*a) Justificar os níveis de execução alcançados, referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua*

natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e de tesouraria;

b) Retratar a situação económica relativa ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, receitas, despesas, dívidas de curto, médio e longo prazos, comparando-os com o mesmo período do exercício anterior;

c) Apresentar uma síntese da situação financeira da autarquia medida através de um conjunto apropriado de indicadores de gestão financeira;

d) Analisar a situação financeira da autarquia do ponto de vista patrimonial considerando o Balanço e a Demonstração dos Resultados do período em análise;

e) Apresentar uma análise comparativa dos custos apurados com o período homólogo, bem como os resultados da respetiva variação em valores absolutos e percentuais;

A análise começa por apresentar uma síntese da execução orçamental do Município de Mogadouro durante o ano de 2015, a qual, conforme consta no descritivo dos documentos de prestação de contas, atingiu os seguintes movimentos gerais:

<i>Recebimentos</i>		<i>Pagamentos</i>	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	3.631.052,94 €	DESPESAS ORÇAMENTAIS	15.488.692,63 €
<i>Execução Orçamental</i>	3.128.220,95 €	<i>Correntes</i>	8.874.380,92 €
<i>Operações de Tesouraria</i>	502.831,99 €	<i>Capital</i>	6.614.311,71 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS	14.038.752,70 €	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	771.173,33 €
<i>Correntes</i>	11.098.467,00 €	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	2.116.032,13 €
<i>Capital</i>	2.940.265,09 €	<i>Execução Orçamental</i>	1.678.281,02 €
<i>Outras</i>	20,61 €	<i>Operações de Tesouraria</i>	437.751,11 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	706.092,45 €		
<b>TOTAL</b>	<b>18.375.898,09 €</b>	<b>TOTAL</b>	<b>18.375.898,09 €</b>

**COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO**

*O quadro global da receita e despesa evidencia o Orçamento Inicial e Final, a sua variação, execução e respetivos desvios no ano 2015.*

<i>CAPÍTULOS</i>	<i>Previsão Inicial</i>	<i>Previsão Final</i>	<i>Execução</i>	<i>Taxa de Execução %</i>
<i>RECEITAS</i>				
<i>Correntes</i>	11.418.836,00 €	11.418.836,00 €	11.098.467,00 €	97,02%
<i>Capital</i>	6.981.276,00 €	5.237.851,18 €	2.940.265,09 €	56,01%
<i>Outras</i>	0,00 €	3.128.724,82 €	3.128.220,95 €	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>18.400.112,00 €</b>	<b>19.785.412,00 €</b>	<b>17.166.973,65 €</b>	<b>86,80%</b>
<i>DESPESAS</i>				
<i>Correntes</i>	9.514.650,00 €	9.714.650,00 €	8.874.380,92 €	91,40%
<i>Capital</i>	8.885.462,00 €	10.070.762,00 €	6.614.311,71 €	65,70%
<b>TOTAL</b>	<b>18.400.112,00 €</b>	<b>19.785.412,00 €</b>	<b>15.488.692,63 €</b>	<b>78,30%</b>

*O Orçamento para 2015 apresentava um valor de 18.400.112,00€ para a dotação inicial prevista, sendo o valor para a dotação final alterado para 19.785.412,00€, da qual 11.418.836,00€ correspondia a receitas correntes, 5.237.851,18€ a receitas de capital e 3.128.724,82€ a outras receitas, resultante de revisão ao orçamento pela inclusão do saldo do ano anterior.*

*As alterações no valor global do orçamento da despesa, que ocorreram, fixaram os valores das despesas correntes em 9.714.650,00 € e o das despesas de capital em 10.070.762,00 €.*

*Comparando a execução da receita e despesa com os valores previstos no Orçamento Final, obtém-se uma taxa de execução da receita de 86,8% e da despesa de 78,30%, tendo em consideração os valores arrecadados de receita e os valores pagos da despesa.*

**MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS**

*Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real o desempenho do Município.*

*No entanto, sendo este um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de alguns ajustamentos, assim, tornou-se necessário, neste período, a realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações dentro das despesas correntes e de capital, tendo como objetivo ajustar as previsões orçamentais. Assim, durante o ano de 2015, foi operada uma revisão ao Orçamento da Receita e uma revisão e 22 alterações ao Orçamento da Despesa.*

*Já o P.P.I. sofreu ao longo de 2015, uma revisão e 20 alterações, e o Plano de Atividades Municipais, uma revisão e 17 alterações.*

*O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 19.785.412,00€, dos quais foram cabimentados 17.846.607,69€, comprometidos 17.747.599,35€ e faturados 15.493.928,50€. Destes foram pagos 15.488.692,63€.*

**I. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015**

*A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2015, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso no total do orçamento e as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.*



Para avaliar a execução do orçamento, é feita uma análise às rubricas mais significativas quer da receita, quer da despesa.

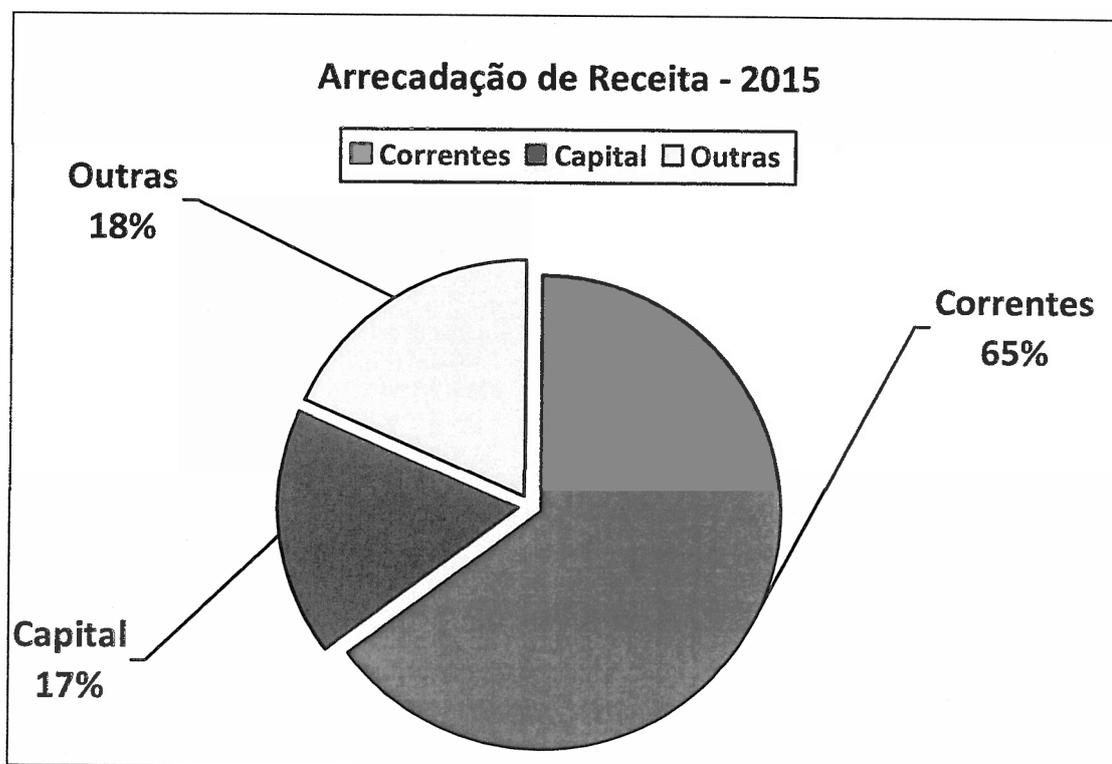
## **I.I. RECEITA**

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em *Receitas Correntes e Receitas de Capital*, em obediência ao disposto num classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A classificação económica das receitas, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

### **I.I.I. Execução Orçamental da Receita**

O montante de Receita Total arrecadada em 2015, ascendeu a 17.166.973,65€, correspondendo o montante de 11.098.467,00€, a receita corrente, o montante de 2.940.265,09€, a receita de capital e 3.128.241,56€ a outras receitas, onde está incluído o saldo da gerência anterior.



*Handwritten notes and signatures:*  
Handwritten initials/signature at top left.  
Handwritten 'B.' in the middle left.  
Handwritten 'A' and 'B' with arrows pointing to the text below.



*A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.*

*Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.*

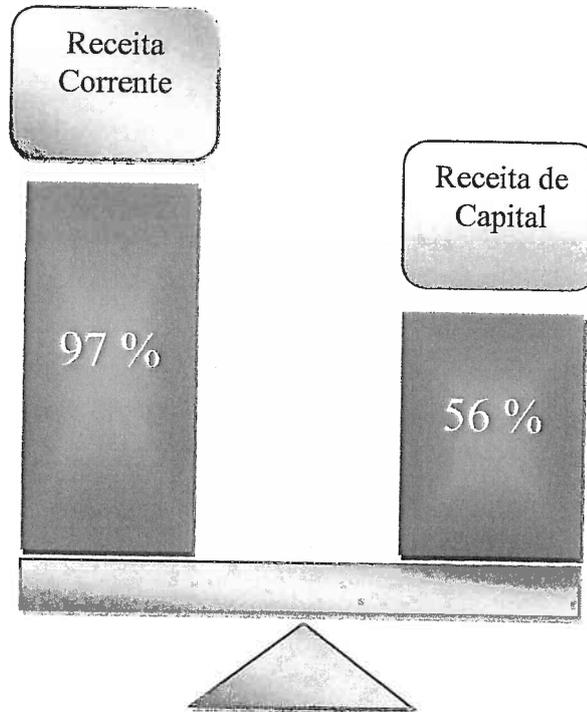
<i>Receitas - 2014</i>				
<i>Natureza</i>	<i>Previsão Inicial</i>	<i>Previsão Final</i>	<i>Execução</i>	<i>Taxa de Execução %</i>
<i>Correntes</i>	10.530.876,00 €	10.530.876,00 €	11.132.809,93 €	105,70%
<i>Capital</i>	4.190.404,00 €	3.360.243,92 €	1.713.205,78 €	51,00%
<i>Outras</i>	0,00 €	2.865.160,08 €	2.880.301,43 €	100,50%
<b><i>TOTAL</i></b>	<b>14.721.280,00 €</b>	<b>16.756.280,00 €</b>	<b>15.726.317,14 €</b>	<b>93,90%</b>

*Se compararmos os valores deste mapa com os do presente ano, constata-se que a receita corrente diminuiu 34.342,93€, enquanto que, a receita de capital, aumentou 1.227.059,31€.*

*A taxa de execução global da receita cifrou-se nos 86,8% (menos 7,1% do que a registada na gerência 2014, mas muito superior no valor), cumprindo-se o disposto no nº 3 do art.º 56ª da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o qual estipula que caso o município registre durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%, são informadas a DGAL e os membros do governo responsáveis pelas finanças e administração local (regime de alerta precoce de desvios).*

*A receita corrente apresenta uma performance, substancialmente superior à da receita de capital, retratado no esquema seguinte:*

Taxas de Execução da Receita - 2015



**1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal**

**RECEITAS CORRENTES**

*As receitas correntes são, por natureza, as que detêm maior impacto na receita total. Este agregado da receita contribuiu com 11.098.467,00€ para o total da receita com uma execução de 97,2%.*

*Fazemos agora uma análise ao desempenho da receita corrente ao nível da previsão orçamental e sua cobrança, bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.*

Descrição	2015				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUT. (CORRENTES)	PESO ESTRUT. RAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
<b>Receitas correntes</b>					
<b>IMPOSTOS DIRETOS</b>	<b>899.023,00 €</b>	<b>944.252,99 €</b>	<b>8,51</b>	<b>5,50</b>	<b>105,03</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	616.815,00 €	700.735,65 €	6,32	4,34	113,61
Imposto Único de Circulação	168.642,00 €	152.350,55 €	1,37	0,99	90,34
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	113.536,00 €	91.166,79 €	0,82	0,43	80,30
Impostos Abolidos e outros	30,00 €	0,00 €	-	-	-
<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>58.291,00 €</b>	<b>53.986,55 €</b>	<b>0,48</b>	<b>0,31</b>	<b>92,62</b>
<b>TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>155.108,00 €</b>	<b>143.833,81 €</b>	<b>1,30</b>	<b>0,84</b>	<b>92,73</b>
<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>453.680,00 €</b>	<b>484.241,08 €</b>	<b>4,36</b>	<b>2,82</b>	<b>106,74</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>8.740.883,00 €</b>	<b>8.352.855,54 €</b>	<b>75,26</b>	<b>48,66</b>	<b>95,56</b>
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	7.531.681,00 €	7.531.681,00 €	67,86	43,87	100,00
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00 €	177.796,00 €	1,60	1,04	100,00
Participação Fixa no IRS	137.174,00 €	137.174,00 €	1,24	0,80	100,00
Outras	894.232,00 €	506.204,54 €	4,56	2,95	56,61
<b>VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>986.192,00 €</b>	<b>974.922,90 €</b>	<b>8,79</b>	<b>5,68</b>	<b>98,86</b>
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>125.659,00 €</b>	<b>144.374,13 €</b>	<b>1,30</b>	<b>0,84</b>	<b>114,90</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.418.836,00 €</b>	<b>11.098.467,00 €</b>	<b>100,00</b>	<b>64,65</b>	<b>97,19</b>

Da estrutura de execução da receita corrente representada no quadro anterior, conclui-se que há semelhança de anos anteriores, o município está muito dependente da receita proveniente das transferências correntes (OE), já que esta tem um peso superior a 75% do total das Receitas Correntes, a grande distância da cobrança dos Impostos Diretos e da Venda de Bens e Serviços Correntes, que representam no seu conjunto, 17,3% das receitas correntes e 11,18% da receita total.

O rigor na elaboração do orçamento, permitiu-nos que a taxa de execução da receita corrente atingisse 97,2% do total previsto, ou seja muito próximo da execução a 100%.

Quanto ao valor global da receita, excluindo o saldo do ano anterior, verificamos um aumento de 1.176.705,39€ em reação ao ano transato, resultante exclusivamente das transferências de capital.

O sentido de crescimento da receita corrente é de relevar, tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e

*permanentes municipais, as quais, por sua vez têm tendência a crescerem, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, bem como, do reforço de competências delegadas da administração central para os municípios.*

### **IMPOSTOS DIRETOS**

*Os Impostos Diretos constituem uma das maiores parcelas da receita do município, com um total de 944.252,99€, apresentando uma taxa de execução de 104,6% em relação ao previsto, sendo que se registaram aumentos no Imposto Municipal sobre Imóveis e no Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis e diminuição no Imposto Único de Circulação.*

*Neste contexto, o IMI continua a ser a mais importante fonte de receita da autarquia, uma vez que 74,21% dos impostos diretos são arrecadados a este título.*

### **IMPOSTOS INDIRETOS**

*Trata-se da rubrica com menor expressão no bolo das Receitas Correntes registando na sua globalidade, apenas 53.986,55€, valor que representa uma taxa de execução de 92,6%, traduz uma diminuição de 4.259,41€ em relação ao ano de 2014, sendo as receitas de "mercados e feiras" que com 40.837,00€ mais contribuem para este total e as receitas de "loteamento e obras" e "ocupação da via pública", as que maiores reduções registaram.*

### **TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES**

*Este conjunto, engloba a cobrança de taxas do capítulo anterior mas pagas por particulares.*

*Registaram decréscimos, face a 2014, mantendo, aliás a tendência registada no ano anterior. A rubrica com maior impacto é a do saneamento que*



por si só representa 54,95% do total, cabendo à cobrança de taxas de loteamento e obras, ocupação de via pública e outras taxas diversas, o valor restante deste grupo.

A taxa de execução foi de 92,7% face ao valor previsto na elaboração do orçamento.

### **RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE**

Também, ao nível deste grupo, se verifica uma redução significativa, face a 2014 (162.575,00€), essencialmente em resultado do facto de naquele ano, terem sido lançados 5 trimestres (1 de 2013 e 4 de 2014), e em 2015 terem sido lançados apenas 3 trimestres relativos às rendas de concessão pagas pela EDP, sendo que com 373.993,80€, corresponde à rubrica com maior valor.

Este grupo registou um total de 484.241,08€ e uma taxa de execução de 106,7%, contribuindo assim com 4,36%, para o total da receita corrente.

### **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

Mais uma vez e no seguimento do já atrás referido, as Transferências Correntes são de longe a rubrica com maior destaque na receita corrente, com 8.352.855,54€ e uma taxa de execução de 95,6%. Estas são compostas maioritariamente pelas transferências provenientes do Orçamento de Estado, designadamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), 7.531.681,00€, o Fundo Social Municipal (FSM), 177.796,00€ e a Participação no IRS, 137.174,00€.

As restantes transferências (outros) são provenientes, na sua maioria, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para as Atividades Extra Curriculares, componente social e programa de refeições (112.701,35€), da EDP pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (249.944,82€) e ainda os serviços e fundos autónomos designadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional para os acordos de colaboração

*Handwritten signatures and initials: "X", "B", and "Z".*



*com 96.500,69€), a Agencia para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. com 5.420,13€ para as Comemorações do centenário da morte de Trindade Coelho e o Instituto da Segurança Social, I.P. com 12.867,06€ para funcionamento do CPCJ.*

*Comparativamente com o mesmo período de 2014, as Transferências Correntes registaram um acréscimo inferior a 0,5%.*

### **VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**

*A rubrica "Venda de Bens e Serviços", que em 2014 tinha apresentado um decréscimo de cerca de 5%, apresenta agora um crescimento de 1,45%, devido sobretudo à receita de água cobrada.*

*Com uma execução no valor de 974.922,90€ esta rúbrica apresenta uma taxa de execução de 98,9% em relação ao previsto até ao final do ano.*

*As rubricas com maior peso nesta componente foram:*

- Água - 271.731,02€;*
- Tarifa de Disponibilidade água - 131.961,77€;*
- Tarifa de Disponibilidade RSU - 170.166,84€;*
- Tarifa de Disponibilidade Saneamento - 1112.785,93€;*
- Resíduos sólidos - 102.832,17€;*
- Rendas de habitação e edifícios - 72.331,91€;*
- Serviços Desportivos - 43.900,37€.*

*As demais receitas deste capítulo são de caráter residual com destaque para as rúbricas "Transportes" e "Creches e Refeitórios" que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação á primeira e ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação á segunda.*

---



**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

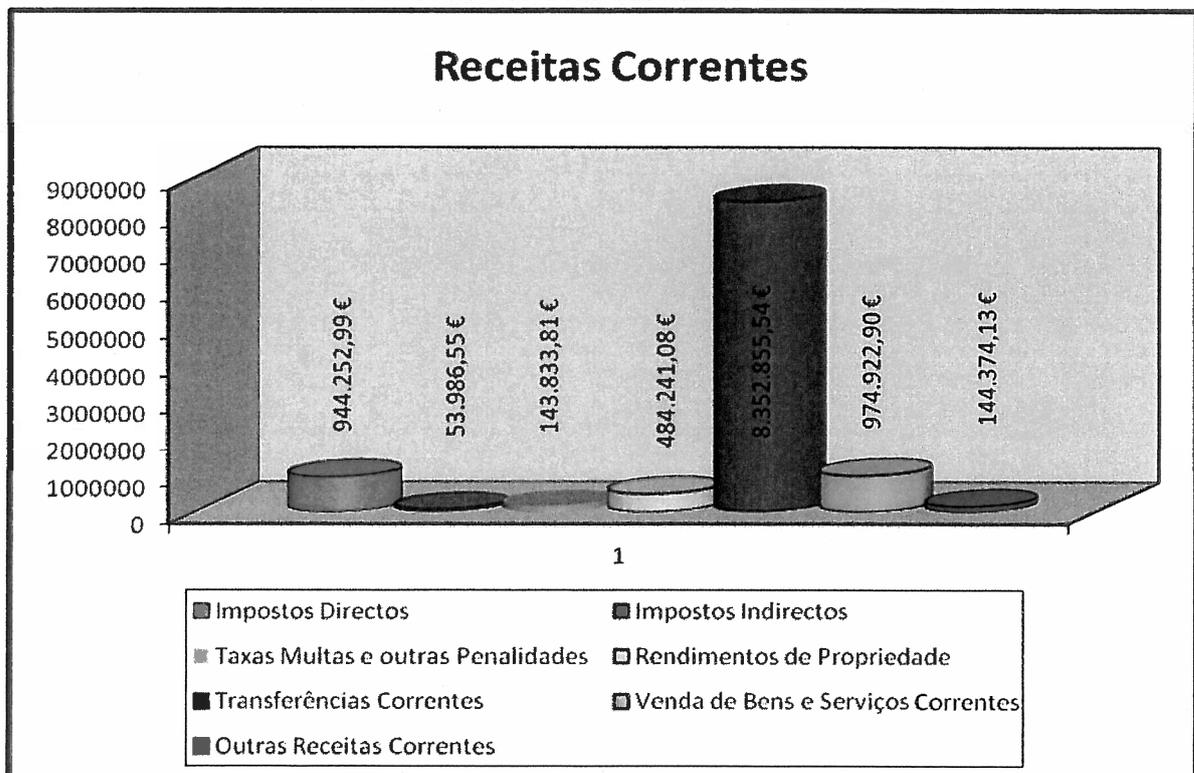
As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 144.374,13€, na sua maioria relativa a IVA reembolsado (128.920,95€) e de receitas diversas (15.453,18€) associadas na sua maioria a indemnizações pagas por companhias de seguros por acidentes de trabalho.

Esta rubrica teve uma execução de 114,9% face aos valores previstos e um aumento de 52,5% comparativamente ao ano anterior.

**RECEITA TOTAL**

Descrição	2013		2014		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	10.120.516,92	73,2	11.132.809,93	86,6	11.098.467,00	79,06
Receita Capital	3.708.678,66	26,8	1.729.237,38	13,4	2.940.285,70	20,94
Total de Receitas	13.829.195,58	100	12.862.047,31	100	14.038.752,70	100

**ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES**



**RECEITAS DE CAPITAL**

Neste ponto é feita uma análise do desempenho da receita de capital ao nível da previsão orçamental e sua cobrança e também é feita uma análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A receita de capital totalizou o montante de 2.940.265,09€, com uma execução de 56,1% em relação ao previsto para o ano de 2015.

Comparando com os valores de 2014, verifica-se um aumento de 1.227.059,31€, essencialmente da receita proveniente de fundos comunitários.

Descrição	2015				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (Capital)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Venda de bens de investimento	136.300,00 €	17.400,00 €	0,59	0,10	12,77
Transferências de capital	5.101.351,18 €	2.922.685,09 €	99,41	17,03	57,30
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Outras receitas de capital	200,00 €	0,00 €	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.360.243,92 €</b>	<b>1.713.205,78 €</b>	<b>100,00</b>	<b>17,13</b>	<b>56,10%</b>

**VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO**

A venda de bens de investimento registou um montante de 17.400,00€, com uma execução de 12,77%.

O resultado desta componente da receita de capital resultou da venda de um avião marca Hoffmann H-36 Dimona (17.000,00€) e de uma fotocopiadora Kónica Minolta (400,00€), ficando portanto longe da previsão inicial, pela não venda de qualquer lote de terreno como era esperado.

**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

As transferências de capital constituem a principal componente da Receita de Capital, tendo totalizado um valor de 2.922.865,09€, correspondendo a uma taxa execução de 57,3%.



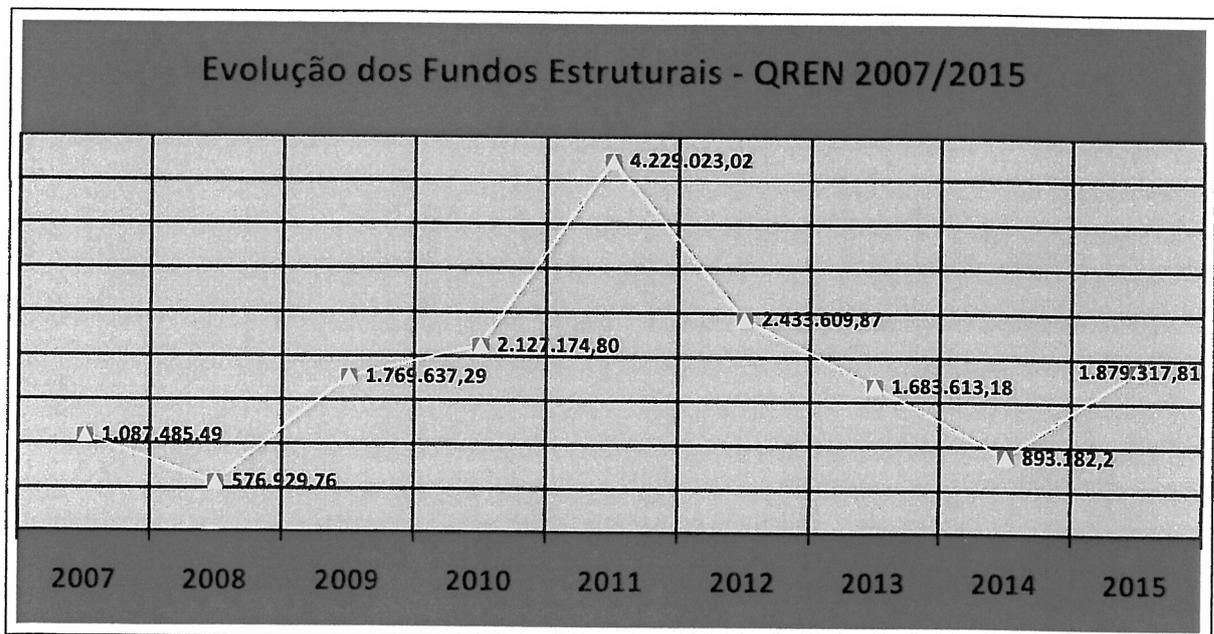
No grupo das transferências (capital), encontramos, os Fundos Comunitários, que em 2015 representaram 10,95% da receita total.

Cabem também aqui as verbas relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro com um total de 836.853,00€, superior em cerca de 33.000,00€ relativamente a 2014.

A receita relativa a Transferências de Capital representa 99,4% do total da receita de capital arrecadada, e 17,03% do total da receita.

Como já se disse, apesar de ter iniciado, em janeiro de 2014, o novo período de programação de fundos estruturais (Portugal 2020), ainda não abriram avisos de candidatura.

O gráfico seguinte é demonstrativo da evolução da receita a título de Fundos Estruturais desde o início do Quadro de Referência Estratégica 2007/2013, alargado a 2015, sendo que o FEDER representa a quase totalidade das verbas recebidas.

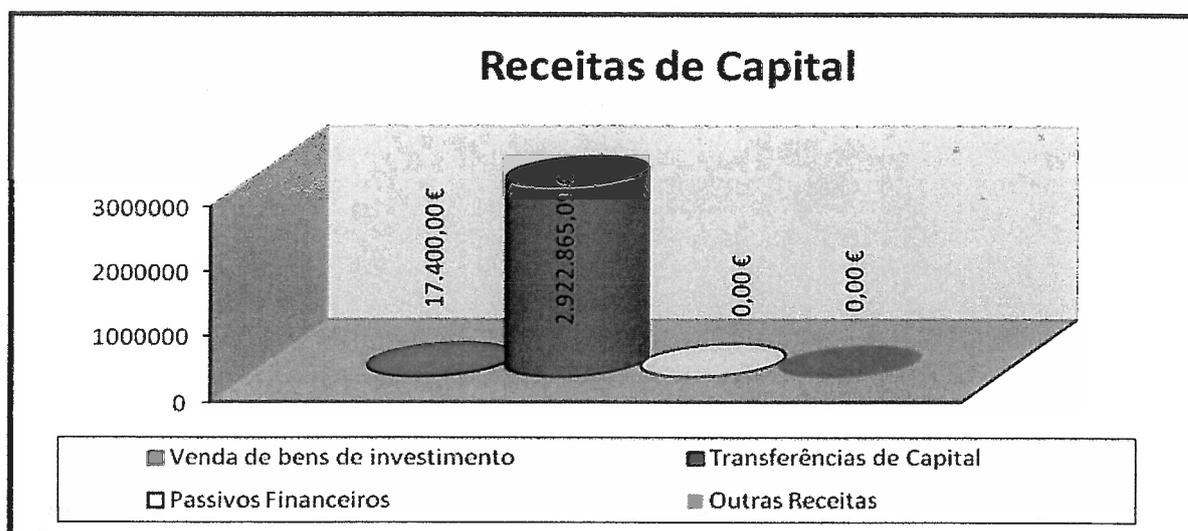


Estando o aumento da dívida a terceiros, dependente do grau de prontidão das transferências de capital por parte das entidades financiadoras dos projetos, e registando-se que no final do ano, todos os trabalhos

*executados em obras participadas, estavam pagos na sua maioria, permitindo-nos com a arrecadação das verbas correspondentes aos atrasos e os 5% finais de retenção, ter num futuro próximo, verbas disponíveis para garantir o pagamento de obras, cujo financiamento não seja conseguido.*

*As restantes rubricas que compõem este grupo "Receitas de Capital", não registam qualquer execução dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros e as Outras Receitas de Capital.*

### **ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL**



## **1.2. DESPESA**

Nos termos do POCAL, a Despesa Total pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.

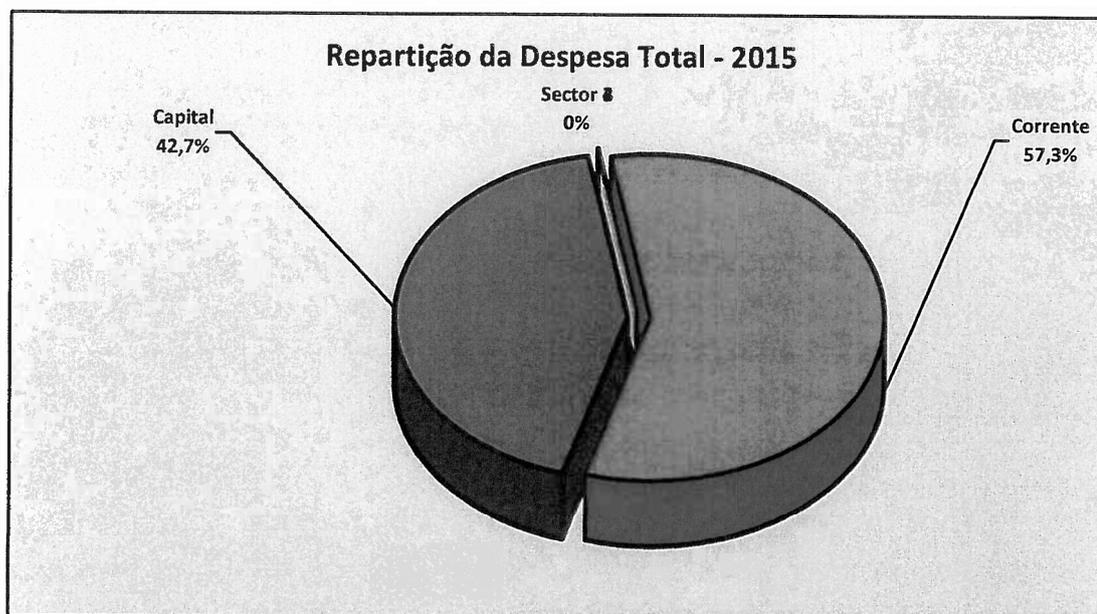
Mais uma vez, procuraremos neste relatório abordar as três vertentes, bem como, analisa-la segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais (PAM) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

### **1.2.1. Execução Orçamental da Despesa**

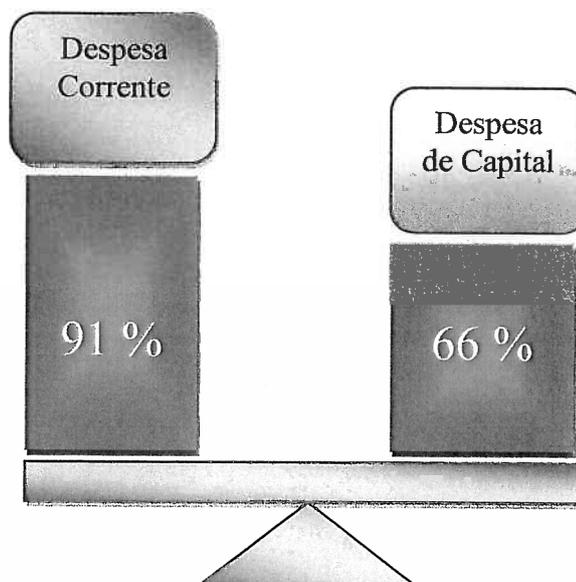


Handwritten marks and signatures in the top left corner.

Do montante total orçamentado para 2015 (19.785.412,00€), a título de despesa foi executado e pago o montante de 15.488.692,63€. Desse montante, 8.874.380,92€ foram destinados a despesas correntes e 6.614.311,71€, a despesas de capital.



A taxa de execução da despesa total foi os (78,3%), o que representa mais 3% do que em 2014, registando-se, como é habitual, que a despesa corrente apresenta uma taxa de execução substancialmente superior à da despesa de capital.





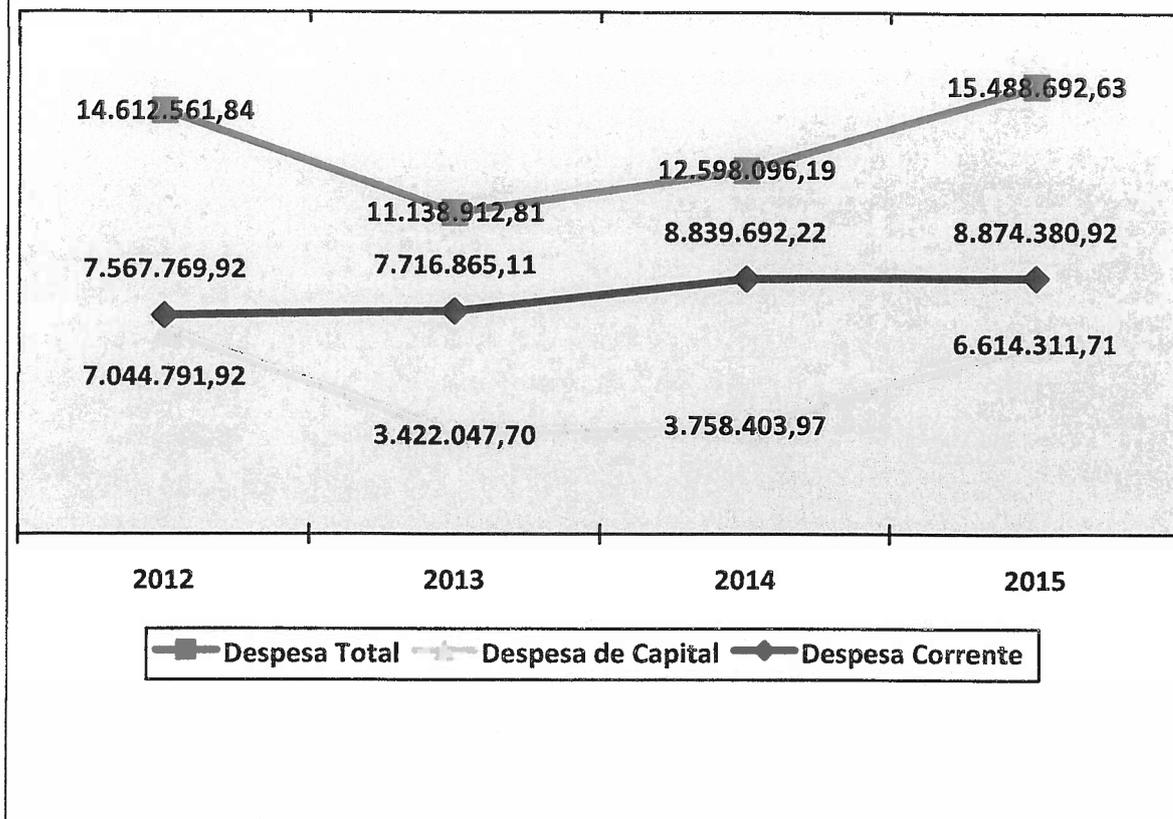
*A taxa de execução total da despesa, está sempre diretamente relacionada com a execução da receita, pois a primeira não é possível sem a existência da segunda.*

*Comparativamente com o ano anterior, em 2015, assistiu-se a um acréscimo de execução de despesa de, aproximadamente, 23% (2.890.596,44€), devido, sobretudo, ao acréscimo da despesa de capital. Desagregada a despesa, por corrente e capital, contrariamente ao que aconteceu relativamente à receita, verifica-se ter havido evolução na despesa corrente que aumentou cerca de 0,4% (34.688,70€), enquanto, que a despesa de capital aumentou cerca de 76% (2.855.907,74€), suportada exclusivamente pelo aumento da receita de capital, já que a corrente foi ligeiramente inferior.*

*Constata-se que a totalidade dos capítulos da despesa corrente registaram taxas de execução superiores a 78%, e as de capital registam percentagens superiores a 53%.*

*A taxa de execução da "Aquisição de Bens de Capital", traduzida na execução do Plano Plurianual de Investimentos, só não tem uma maior taxa de execução, pelo atraso verificado em alguns projetos. Esses atrasos contribuíram para que no final do ano de 2015 existisse um saldo de 1.678.281,02€ que transitou para 2016.*

**Evolução da Despesa 2012/2015**



### 1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal

*Do resultado da execução do ano 2015, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.*

*Sob a perspetiva económica, o mesmo identifica quais foram as prioridades em termos de despesa, bem como, a sua natureza específica - pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, etc.*

Estrutura	2012	2013	2014	2015
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>51,8%</b>	<b>69,3%</b>	<b>70,2%</b>	<b>57,3%</b>
<i>Despesas com pessoal</i>	16,2%	23,6%	22,3%	17%
<i>Aquisição de bens e Serviços</i>	30,7%	40,1%	38,8%	32,1%
<i>Juros e outros encargos</i>	0,8%	0,4%	0,2%	0,1%

Transferências Correntes	3,2%	4,7%	8,6%	7,8%
Subsídios	0%	0%	0%	0%
Outras despesas correntes	0,9%	0,5%	0,3%	0,3%
Aquisição de bens de capital	38,4%	17%	20,7%	35,9%
Transferências de capital	4,5%	5,9%	3,6%	1,7%
Ativos financeiros	0%	0%	0%	0,6%
Passivos financeiros	5,3%	7,8%	5,6%	4,5%
Outras despesas de capital	0%	0%	0%	0%
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**DESPESA CORRENTE**

Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.

Serão identificadas as rubricas mais relevantes da estrutura da despesa corrente e justificadas as principais variações relativamente ao período homólogo do ano anterior.

As "Despesas com o Pessoal", comparativamente ao ano de 2014, sofreram uma redução de 168.784,80€, com principal incidência no pessoal do quadro e em qualquer outra situação, absorvendo 29,74% da despesa corrente e 29,74% da despesa total.

Relativamente às rubricas de despesas com pessoal e conforme mapa infra, registaram-se decréscimos no valor em todos os sub- títulos.

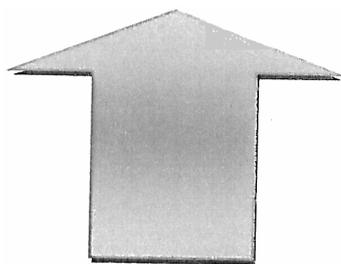
Descrição	2015 DESPESA PAGA	2014 DESPESA PAGA	Variação €	Variação %
<b>Despesas Correntes</b>				
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>2.639.641,60 €</b>	<b>2.808.426,40 €</b>	- 168.784,80 €	- 6,4
Remunerações Certas e Permanentes	1.985.400,18 €	2.083.394,73 €	- 97.994,55 €	- 4,9
Abonos Varáveis ou Eventuais	83.639,12 €	137.854,32 €	- 54.115,20 €	- 64,5
Segurança Social	570.602,30 €	587.177,35 €	- 16.575,05 €	- 2,9

De referir, que durante o ano 2015, o número de efetivos ao serviço diminuiu 2,3% (-3 colaboradores), cumprindo-se, assim, o estipulado na Lei do Orçamento de Estado para o ano em curso.

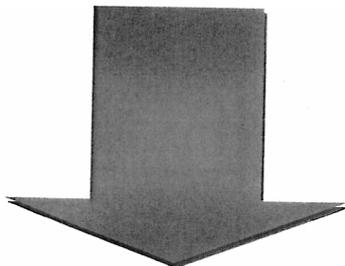
No grupo das *despesas correntes*, manteve-se a *preponderância das "Aquisições de Bens e Serviços"*, que representaram 56,08% deste tipo de despesa e 32,13% da despesa total.

Quer a aquisição de bens, quer a de serviços apresentam crescimento, respetivamente, de 3,04% e 1,62%. Do montante total da despesa executada em aquisição de bens e serviços (4.976.548,70€), 19,9% correspondem a despesa em aquisição de bens (combustíveis, gás, matérias primas, material de transporte, etc.) e 80,1% correspondem a despesa para aquisição de serviços (refeições escolares, transportes escolares, segurança e limpeza de edifícios, comunicações, água, energia, recolha de lixos, etc.).

Na comparação da execução do exercício de 2015, com o exercício de 2014, verifica-se relativamente à aquisição de bens o comportamento expresso a seguir, por sub rúbricas económicas:



*Limpeza e higiene - 6,4%*  
*Géneros para confeccionar - 8,7%*  
*Outro Material Peças - 9,8%*  
*Vestuário e Artigos Pessoais 16,5%*  
*Outros Bens - 20,8%*



*Combustíveis e Lubrificantes -8,9%*  
*Refeições confeccionadas - 8 %*  
*Material de escritório - 30,1%*  
*Produtos químicos e farmacêuticos - 9,3%*  
*Material de transporte - 32,5%*

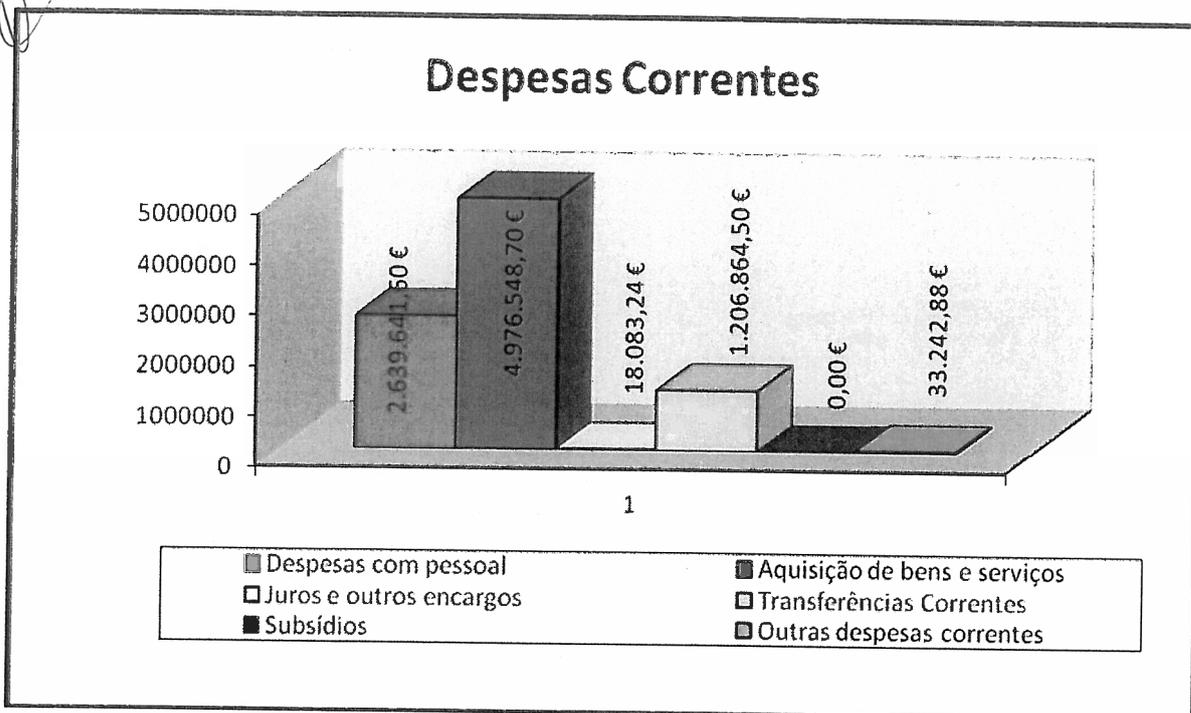
Já no que diz respeito a aquisição de serviços, verificaram-se os seguintes decréscimos e acréscimos:



Como se pode verificar pelo quadro seguinte, ao longo dos anos, com exceção de 2013, a evolução tem sido uma constante ao que não é alheio um crescimento gradual nas infraestruturas e equipamentos ao serviço do concelho que por sua vez implicam encargos na sua conservação e manutenção.

<i>Descrição</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>
<i>Aquisição de Bens</i>	<i>890.062,37</i>	<i>1.000.606,52</i>	<i>961.031,16</i>	<i>990.290,02</i>
<i>Aquisição de Serviços</i>	<i>3.601.639,46</i>	<i>3.467.598,66</i>	<i>3.922.489,71</i>	<i>3.986.258,68</i>
<b><i>Total</i></b>	<b><i>4.491.701,83</i></b>	<b><i>4.468.205,18</i></b>	<b><i>4.883.520,87</i></b>	<b><i>4.976.548,70</i></b>

A componente Despesas Correntes, apresentam uma despesa no montante total de 8.874.380,92€, o que representou 57,3% do total da despesa corrente paga no ano, e é desagregada de acordo com o seguinte gráfico.



Dentro da aquisição de bens, há uma rubrica que se destaca designada, por "Outros Bens", que registou no fim do ano o valor de 381.856,56,€ destinados a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras.

No agregado da despesa "Aquisição de serviços", e por se tratar daquele que maior volume representa no total das despesas correntes, importa aqui destacar pelas importâncias envolvidas individualmente, os pagamentos efetuados nos seguintes grupos da despesa:

- Encargos das Instalações - 603.988,53€, destinados essencialmente ao pagamento de eletricidade das instalações à EDP;

- Limpeza e Higiene - 549.211,99€, para suporte dos custos com a limpeza e recolha de lixo;



*- Transportes - 580.065,61€, sendo que na sua maioria foram destinados ao pagamento dos transportes escolares;*

*- Conservação de bens - 255.001,62€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis.*

*- Comunicações - 125.103,52€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet;*

*- Outros Trabalhos Especializados - 126.410,37€ em que a despesa mais significativa se refere ao pagamento da análise de águas ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes Escolares*

*- Encargos de Cobrança de Receitas - 39.834,24€ referentes ao pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades, nomeadamente, à Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança de impostos que constituem receita municipal e encargos de cobrança de água;*

*Outros Serviços - 1.292.565,31€. Trata-se de uma rubrica residual onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rubrica própria. Engloba portanto serviços de natureza diversa, onde se destacam os custos com a iluminação pública no valor de 482.760,59€, a prestação de serviços com pessoal das atividades extracurriculares no valor de 257.2500,64€.*

## **JUROS E OUTROS ENCARGOS**

*Os encargos com "Juros e Outros Encargos", voltaram a sofrer uma redução significativa, face ao ano anterior (-58%) justificado sobretudo pela redução da dívida com empréstimos,*

*Este agregado teve uma execução de 79,7% face ao orçado até ao final do ano, e para além do pagamento dos juros relativamente aos empréstimos de*

médio e longo prazo no valor de 16.700,64€, inclui também 1.382,60€ em encargos com garantias bancárias.

### **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

*As transferências para outras entidades, no seu conjunto representaram 7,8% da despesa total (1.206.864,50€), verificando-se um crescimento total de cerca de 12%, em relação a 2014.*

*As transferências correntes e os subsídios são importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.*

*Em transferências correntes, foram registadas as despesas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades com interesse municipal, bem como, as verbas a título de apoio ao associativismo. É, também, nesta rubrica que se inscrevem as transferências para as freguesias (no âmbito dos protocolos celebrados de delegação de competências) e para os agrupamentos escolares e/ou outras entidades com as quais o município tenha celebrado acordos de colaboração nos vários âmbitos.*

*Do volume global, registam-se aqui apenas as que pelo valor envolvido ou interesse municipal, se destacam do seu conjunto:*

- *Juntas de Freguesia - 413.017,77€;*
- *Município de Vimioso para gestão do Canil - 19.684,20€;*
- *Associações de Municípios, para quotas anuais e despesas de funcionamento - 119.722,92€;*
- *Instituições sem fins lucrativos - 389.603,93€;*
- *Apoios a famílias carenciadas e os encargos com o pessoal contratado através do Centro de emprego - 250.186,08€.*

**DESPESA DE CAPITAL**

*O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.*

*Nesta componente da despesa de capital, no ano 2015, foi orçamentado o valor de 10.070.762,00€, dos quais foram pagos 6.614.311,71€, o que correspondeu a uma execução de 65,7%.*

Descrição	2015				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (Capital)	Peso Estrutural (Total)	Taxa execução %
Aquisição de bens de Capital	8.784.942,00 €	5.556.249,73 €	84	35,9	63,2
Transferências de Capital	481.851,00 €	256.369,76 €	3,88	1,65	53,2
Ativos Financeiros	99.531,00 €	99.531,00 €	1,50	0,64	0
Passivos Financeiros	702.438,00 €	702.161,22 €	10,62	4,53	99,3
Outras Despesas de Capital	2.000,00 €	0,00 €	0	0	0
<b>TOTAL DESPESAS CAPITAL</b>	<b>10.070.762,00 €</b>	<b>6.614.311,71 €</b>	<b>100,00</b>	<b>42,7</b>	<b>65,7</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>19.785.412,00 €</b>	<b>15.488.692,63 €</b>			<b>78,3</b>

*A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de capital - Valor de investimento e que, excluindo o valor do F.A.M., coincide com o valor da execução do Plano Plurianual de Investimentos. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.*

*No grupo das despesas de capital, a aquisição de bens de capital sofreu um acréscimo superior a 113% face a 2014, refletido no aumento do peso*

percentual desta rubrica no contexto deste tipo de despesa (de 69% em 2014, para 84% em 2015), aumentando, igualmente, a sua importância relativa na despesa total (de 21%, em 2014, para 36%, em 2015).

Seguidamente assume especial relevância o valor dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das amortizações de empréstimos de, médio e longo prazo, e das transferências de capital.

Relativamente ao ano anterior, excluindo os Passivos Financeiros, e tendo em conta os valores pagos, registou-se de acordo com o mapa seguinte, um acréscimo da despesa de capital de 2.853.252,79€, justificado na totalidade, pela variação verificada no valor das aquisições de bens de Capital.

Descrição	2012		2013		2014		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	5.606.859,32	89,53	1.897.609,78	74,32	2.603.180,21	85,10	5.556.249,73	93,98
Transferências de Capital	655.997,75	10,47	655.852,64	25,68	453.422,54	14,82	256.369,76	4,34
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	0	99.531,00	1,68
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	2.295,00	0,08	0	0
<b>Investimento Global</b>	<b>6.262.587,07</b>	<b>100</b>	<b>2.553.462,42</b>	<b>100</b>	<b>3.058.897,70</b>	<b>100</b>	<b>5.912.150,49</b>	<b>100</b>

### **AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**

A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

**Investimento Direto**

Descrição	2012		2013		2014		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	39.349,50	0,70	43.363,00	2,29	13.845,92	0,53	9.688,64	0,17
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	472.492,54	8,43	27.701,66	1,46	230.929,71	8,87	728.529,19	13,11
Construções Diversas	4.489.484,58	80,07	1.617.207,95	85,22	1.366.271,94	52,48	3.864.714,81	69,56
Material de Transporte	0	0	46.125,00	2,43	72.200,01	2,77	301.993,70	5,43
Maquinaria e Equipamento	512.675,38	9,14	135.180,64	7,12	438.496,38	16,85	477.055,99	8,59
Outros	92.857,32	1,66	28.031,53	1,48	481.436,25	18,50	174.267,40	3,14
<b>Investimento Direto</b>	<b>5.606.859,32</b>	<b>100,00</b>	<b>1.897.609,78</b>	<b>100,00</b>	<b>2.603.180,21</b>	<b>100,00</b>	<b>5.556.249,73</b>	<b>100,00</b>

*Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 5.556.249,73€, os compromissos assumidos tenham sido de 7.238.726,02€, concluímos que se todos os trabalhos estivessem executados, o saldo que transitou de ano, era suficiente para liquidar tudo e ter assim uma execução muito superior.*

*A maior fatia na rubrica "Edifícios" com 728.529,19€, foi direcionada para a construção do Centro de Interpretação do mundo Rural, a concussão da Casa Mortuária e a requalificação das Escolas Primárias do Concelho.*

*Foi no entanto a rubrica designada por "Construções diversas", aquela que registou o maior volume de despesa, tendo uma taxa de execução de 64,45%, e o valor pago ascendido a 3.864.714,81€, superior ao ano 2014 em cerca de 2.500.000,00€.*



*Embora na análise ao Plano Plurianual de Investimentos, sejam evidenciados os projetos mais significativos que contribuíram para o investimento neste período, destaca-se largamente a construção da III Fase da Zona Industrial.*

### **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

*Em transferências de capital são inscritas todas as transferências que tenham como objetivo apoiar o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias. O montante total transferido foi de 256.369,76€ (-77% do que em 2014).*

*Os apoios concedidos a título de transferências resultam de uma política de intervenção municipal com objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento cultural, desportivo e social. Como já se referiu, à semelhança dos anos transatos, a preponderância foi assumida pelas instituições de solidariedade social, instituições sem fins lucrativos e recuperação de habitações a famílias carenciadas.*

### **ATIVOS FINANCEIROS**

*Pela primeira vez é registado movimento nos Ativos Financeiros no valor de 99.531,00€, destinados exclusivamente à contribuição para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, por imposição legal.*

### **PASSIVOS FINANCEIROS**

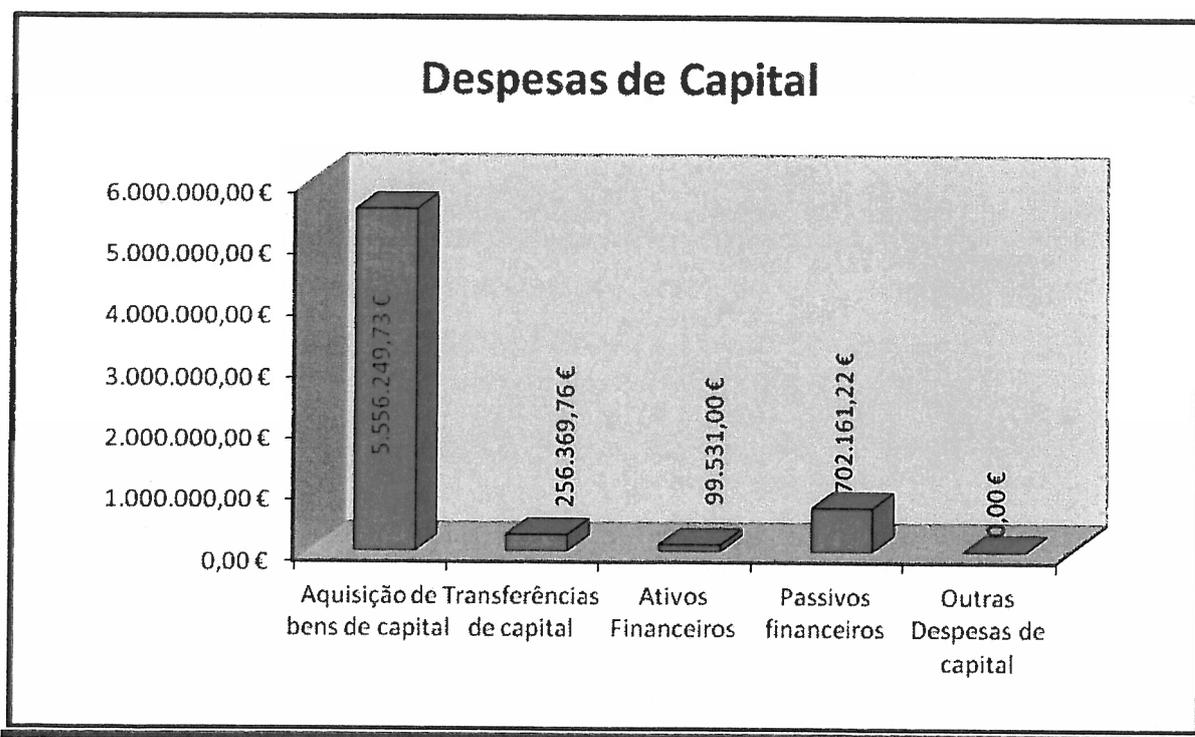
*Os Passivos Financeiros no valor de 702.161,22€, integram exclusivamente as amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município, tiveram um peso de 10,62% no total da despesa de capital, e apresentaram uma taxa de execução de 99,96% face aos valores previstos no ano.*

*Se compararmos os dados dos últimos anos, constantes do mapa infra, regista-se uma redução gradual do serviço da dívida anual, justificada pela redução das taxas de juros e principalmente pela diminuição da dívida de médio e longo prazo.*

Descrição	2012		2013		2014		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	781.934,85	87,37	868.585,28	95,47	699.506,22	95,47	702.161,22	97,68
Encargos Financeiros	113.008,10	12,63	41.174,62	4,53	27.439,67	3,77	16.700,64	2,32
Serviço de dívida	894.942,95	100,0	909.759,90	100,0	726.945,89	100,0	718.861,86	100,0

*O capítulo das "Outras despesas de capital" não regista qualquer movimento.*

*O gráfico que a seguir se apresenta mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.*





### **1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos**

*De acordo com o estabelecido no POCAL, os documentos previsionais das autarquias são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.*

*Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às diversas realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.*

*São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento Municipal, na medida em que, ao definir as políticas que a Autarquia pretende seguir, a sua efetiva realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.*

*Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:*

Handwritten signatures and initials in the top left corner, including a large signature and the number '13'.



*O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão da despesa.*

*O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que, pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.*

O quadro seguinte traduz a repartição desagregada por classificação funcional.

## Repartição por funções -2015

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2015				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>996.003,64</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,78%</b>
1.1.1.	Administração geral	714.418,24	71,73%	8,45%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	281.585,40	28,27%	3,33%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>2.747.553,89</b>	<b>100,0%</b>	<b>32,50%</b>
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	13.231,80	0,48%	0,15%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	8.986,02	0,33%	0,11%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	4.773,18	0,17%	0,06%
2.3.2.	Ação social	192.950,77	7,02%	2,28%
<b>2.4.</b>	<b>Habituação e serviços coletivos</b>	<b>1.727.891,74</b>	<b>62,89%</b>	<b>20,44%</b>
2.4.2.	Ordenamento do território	278.086,38	10,12%	3,29%
2.4.3.	Saneamento	23.571,56	0,86%	0,28%
2.4.4.	Abastecimento de água	124.775,98	4,54%	1,48%
2.4.5.	Resíduos sólidos	557.504,65	20,29%	6,59%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	743.953,17	27,08%	8,8%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>799.720,38</b>	<b>29,11%</b>	<b>9,46%</b>
2.5.1.	Cultura	147.110,76	5,35%	1,74%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	499.949,50	18,20%	5,91%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	152.660,12	5,56%	1,81%
<b>3.</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>3.400.672,16</b>	<b>100,0%</b>	<b>40,23%</b>
3.2.	Indústria e energia	1.796.522,37	52,83%	21,25%
3.3.1.	Transportes rodoviários	740.597,12	21,78%	8,76%
3.4.1.	Mercados e Feiras	80.054,52	2,35%	0,95%
3.4.2.	Turismo	783.498,15	23,04%	9,27%
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>1.309.356,98</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,49%</b>
4.1.1.	Empréstimos	718.941,86	54,91%	8,51%
4.2.	Transferência entre Administrações	590.415,12	45,09%	6,98%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAIS</b>		<b>8.453.586,67</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,00%</b>



Da análise do quadro anterior constata-se, na ótica da despesa paga (8.453.586,67), que o final do período em análise a taxa de execução das GOP's foi de 70,28%. No final do ano 2014, o nível de execução foi de 61,17%.

### **1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos**

Analisado o investimento sob o ponto de vista da classificação funcional da despesa, constatamos que a Função Económica, suplantou, em 2015, as Funções Sociais, tendo absorvido cerca de 40,23% da despesa de investimento.

Seguiram-se, as Funções Sociais (32,5%), as Outras Funções (15,49%) e, finalmente, as Funções Gerais (11,78%).

Na Função Económica, (só P.P.I.) com um total de 3.135.314,07€, destacam-se as empreitadas das obras inerentes à III fase do Loteamento Industrial (1.669.798,31€), o Centro de Interpretação do Mundo Rural (445.013,17€), a pavimentação da E.M. de Azinhoso a Sampaio (229.621,35€), a pavimentação dos caminhos, agrícola de Peso a Macedo do Peso (151.895,11€) e do Castelinho à Zona Industrial (148.394,54€) e os arruamentos do Concelho (60.914,58€).

Quanto às Funções Sociais, com um valor total de 10.741.915,45€, é de referir o valor de 137.760,00€ canalizado para projetos, a conclusão da obra de recuperação da Ribeira do Juncal com 711.422,41€, a requalificação de Polidesportivos do Concelho com 288.805,34€ e ainda a conclusão da Casa Mortuária com um total de 114.446,66€.

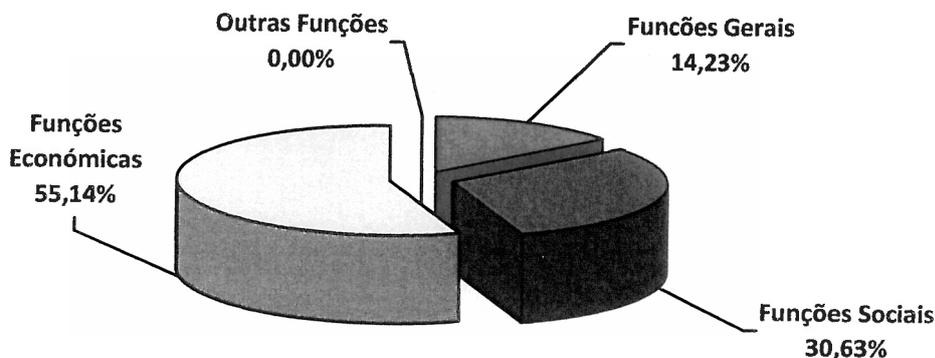
Ainda nesta função, registar outros investimentos de menor dimensão, designadamente no "Abastecimento de água" com 82.768,39€ gastos com a construção do depósito de água no Penedo e adutora entre o Penedo e o Castelinho, bem como no "Desporto" os 60.229,20€, gastos com a requalificação da zona envolvente da Piscina Descoberta.

No que diz respeito às *Funções Gerais*, com um registo de 809.319,90€ nomeadamente, no âmbito da administração geral, que absorveu 87,73% do montante, de destacar a aquisição do autocarro no valor de 224.475,00€, a aquisição de um trator e uma viatura ligeira no valor de 77.518,70€, a aquisição de maquinaria e equipamento diverso no total de 64.238,20€, onde se destaca a compra de um cilindro e ainda o equipamento Cinema Digital para a Casa da Cultura no valor de 59.876,40€. Temos ainda que fazer referência ao valor de 99.531,00€, transferido por imposição legal, para o Fundo de Apoio Municipal.

O investimento registado no domínio da proteção civil, refere-se ao projeto "Minimizar os impactos ambientais do grande incêndio dos Picões" com um total de 99.088,80€.

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:

#### Repartição Funcional do P.P.P. - 2015



#### 1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal

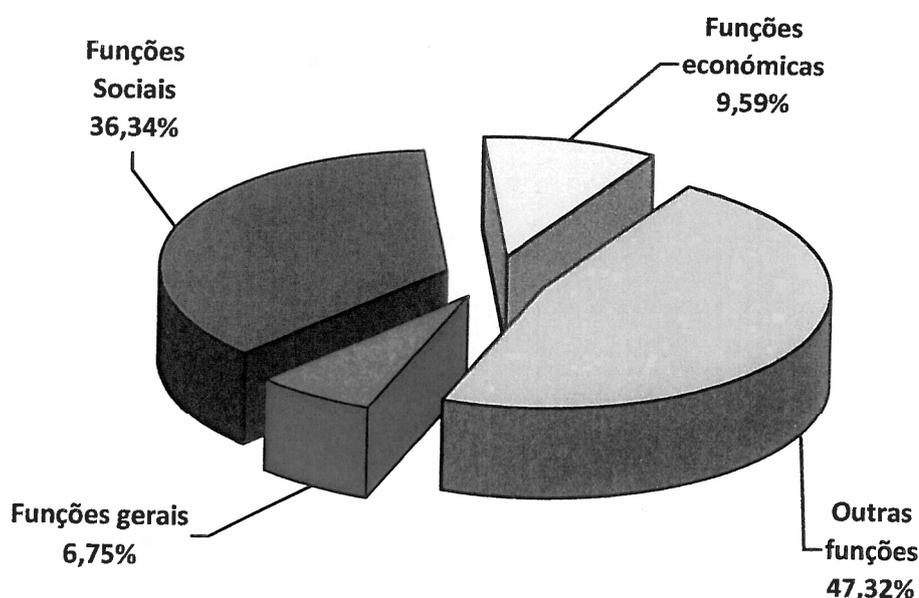
Como já atrás se referiu, a dotação da despesa prevista em Plano de Atividades Municipais - PAM (dotação inicial), ascendia a 3.175.366,00€, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.

Ao longo do ano, os mesmos sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas e outras, entretanto, surgidas.

As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do PAM fosse no final do ano de 3.094.806,00€, atingindo no final do ano, uma taxa de execução de 89,41% ( 2.767.037,25€).

No gráfico seguinte espelhamos a execução da despesa do PAM por classificação funcional ao longo de 2015.

### Repartição funcional do P.A.M - 2015



*Contrariamente ao que aconteceu no P.P.I., aqui foi o grupo das "Outras funções", aquele que maior volume de despesa arrecadou com 1.309.356,98€ e uma taxa de execução de 91,41%. Deste conjunto, assumem especial relevância o valor de 702.161,22€ gastos com a amortização de empréstimos e 405.558,00€ com as transferências efetuadas para as Juntas de Freguesia.*

*Em segundo lugar com 1.005.638,44€ e uma taxa de execução de 87,19%, surgem as "Funções Sociais", sendo que 54,6% do total, foram gastos com os "Resíduos Sólidos" no valor de 549.211,99€, relativos á limpeza e recolha de lixo, ficando a "Ação Social" com 192.950,77€, destinados na sua maioria ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS, e ainda ao apoio á compra de medicamentos e habitação social. Distribuído por várias ações, merecem ainda destaque os "Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos" com 239.559,68€ distribuídos pela "Cultura" com 147.110,736€, onde sobressaem os subsídios para as Associações no valor de 89.155,00€; pelo "Desporto, Recreio e Lazer" com 92.448,92€, onde o programa "Red Burros", absorve a maior fatia com 30.460,17€ gastos) e o restante, distribuído pelas diversas atividades realizadas durante o ano em análise, do qual sobressai o XIII Encontro de Anciãos. Já a área da "Educação" absorveu 19.142,82€, destinados essencialmente ao apoio às Escolas do Concelho e ao pagamento dos manuais escolares.*

*As "Funções Económicas", com 265.358,09€ surgem em terceiro lugar do total gasto (9,59%) e com uma taxa de execução de 83,59%. Deste volume, 43.079,36€ foi canalizado para o grupo "Indústria e Energia" para o pagamento de apoios á transformação de produtos endógenos e 222.278,73€ para o grupo "Comércio e Turismo", repartido por diversas atividades onde se destacam os 66.589,52€ gastos com a promoção da Feira dos Gorazes através da Associação*

*de Comerciantes e os 13.465,00€ para o concurso de bovinos de raça mirandesa no que toca à área do Comércio e os 55.444,70€ gastos com o festival da Terra Transmontana no que toca à área do Turismo.*

*Surgem finalmente em último lugar as "Funções Gerais" com um total de 186.683,74€, o que representa 6,75% do total do Plano das Atividades Municipais. Neste grupo e com a taxa de execução de 97,46% cabem as despesas correntes inerentes á transferência aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente bem como os protocolos celebrados com aquela instituição.*

## **2. ENDIVIDAMENTO**

*A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.*

### **Limites Legais**

*Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental. Cada subsetor, no caso a Administração Local, devem contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.*

*No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal. Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites mais restritivos à capacidade de endividamento de cada município, face aos objetivos*

*traçados, em termos de metas orçamentais do Programa de Assistência Económica e Financeira.*

*Com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), em 1 de janeiro de 2014, verificou-se uma mudança substancial do conceito de endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo, introduzindo-se o conceito de dívida total de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (n.º 2 do art.º 52.º da referida LFL).*

*Estabelece o n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que "a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".*

*A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (Excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.*

*Também o Orçamento do Estado de 2015, Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro no seu n.º 7 do artigo 98.º, estabelece que no caso de incumprimento, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita*

proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e das receitas do IMI.

No entanto, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, nos termos do n.º 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, são relevantes as seguintes entidades:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais;
- c) As empresas locais e participadas;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

Ora, no caso do município de Mogadouro e depois de analisados os dados da Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, nomeadamente, os que constam da Ficha do Município no Portal Autárquico, retratamos no quadro seguinte, o limite de endividamento do município para o ano de 2015:

Receita corrente líquida				Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos	Limite da dívida total
2012	2013	2014	Total		
8.124.827€	10.101.821€	11.125.052€	29.351.700€	9.783.900€	14.675.849,93€

Sendo a capacidade de endividamento de 14.675.849,93€, o mapa seguinte reflete a situação do município de Mogadouro entre 1 de janeiro e 31 de Dezembro de 2016, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

Dívida Total					
Limite p/ 2015	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part.	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM	Margem Absoluta	Margem utilizável (20%)
14.675.850	01 - janeiro - 2015				
	4.879.787	887.024	5.263.978	9.411.871	1.882.374
	31 - dezembro - 2015				
	4.678.252	153.583	3.796.897	10.878.953	2.175.791
Variação da dívida total					-27,87%

Tendo em conta o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 153.583 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 10.878.953€ (14.675.850 - 3.796.897).

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere, podem aumentar a dívida em 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja podemos aumentar a dívida em 2.175.791€ (10.878.953€ x 20%).

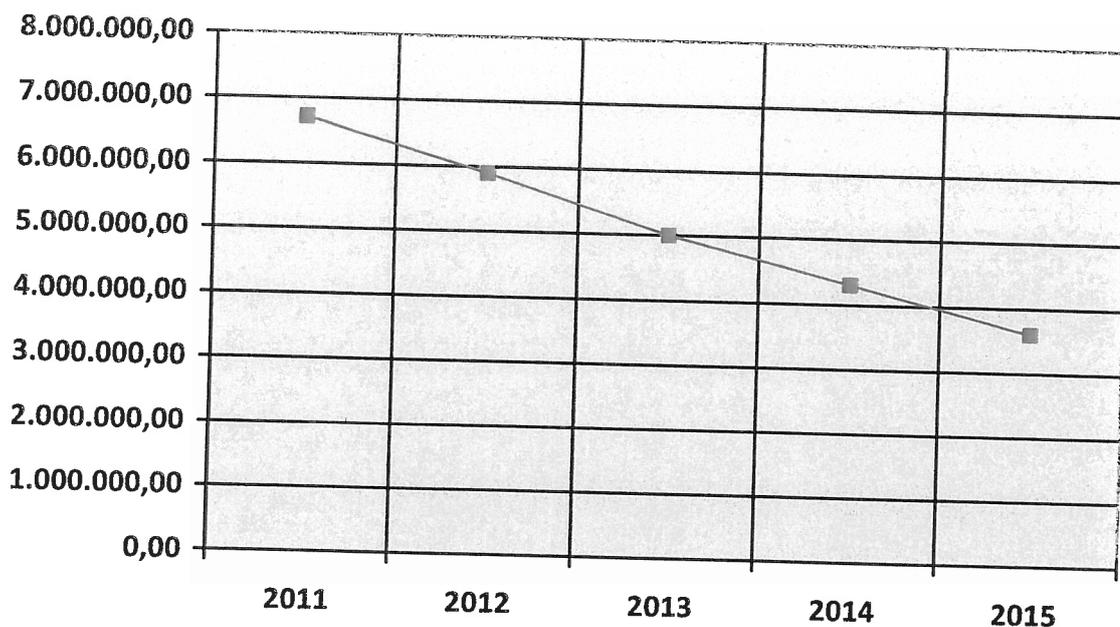
**Evolução da Situação do Endividamento Bancário MLP**

Gerência	2011	2012	2013	2014	2015
Total Capital em dívida de MLP	6.722.716,53	5.909.387,05	5.013.100,11	4.313.593,89	3.611.432,67

Conforme se pode verificar pelo quadro supra, entre 2011 e 2015, foram amortizados 3.111.283,86€, tendo o endividamento de MLP, reduzido cerca de 46%, durante este período, o que conforme o gráfico infra, nos mostra uma queda vertiginosa.



Handwritten signatures and initials in the top left corner.



**Dívida a Fornecedores e Pagamentos em Atraso:**

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascendia, em 1 de janeiro de 2015, de acordo com os mapas da DGAL, a 56.305,04€. A 31 de dezembro de 2015, os mesmos mapas indicam que a dívida era de 5.235,87€, o que significa uma redução significativa relativamente ao ano anterior, já ela de valor reduzido.

Quanto aos pagamentos em atraso (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O prazo médio de pagamentos divulgado pela DGAL, relativamente ao último trimestre do ano 2015, foi de 3 dias, sendo que a 31 de dezembro de 2014 era de 2 dias.

**3. Despesas com o Pessoal**

As Leis de Orçamento de Estado, dos últimos anos, têm vindo a definir os limites das despesas com o pessoal.

De acordo com informação da DGAL, na ficha do Município relativa ao 4º trimestre de 2015, a redução de pessoal ao serviço foi de 2,16%, o que correspondeu a uma redução de 3 colaboradores. O nº de colaboradores a 31 de dezembro de 2015 passou a ser de 136.

#### **4. Poupança Corrente**

A poupança corrente cifrou-se em 2.224.086,08€ (valor idêntico ao de 2014), traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal *Receitas Correntes/Despesas Correntes*, que regista o resultado de 125%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes".

Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere "a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo".

<i>Receita Corrente Cobrada Bruta</i>	<i>Despesa Corrente 2015</i>	<i>Amortização Média de Empréstimos MLP</i>	<i>Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP</i>
11.098.467,00€	8.874.380,92€	685.751,31€	9.560.132,23€

#### **5. Fluxos de Caixa e Operações de Tesouraria**

O mapa de fluxos de caixa sintetiza a execução orçamental, dando-nos a conhecer todos os recebimentos e pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O quadro seguinte, reflete o resultado dos movimentos financeiros ocorridos em 2015, verificando-se que a entrada de receita orçamental na tesouraria ascendeu a 23.885.071,19, à qual foi acrescentado o Saldo da Gerência Anterior, no montante de 5.680.262,80€. Por sua vez, o montante dos pagamentos orçamentais ascendeu a 23.778.353,74€, dos quais 52% a título de despesa corrente. A diferença registada entre os recebimentos e pagamentos orçamentais efetuados durante o ano 2015, ascendeu a 106.717,45€, montante que acrescentado ao saldo da gerência anterior, permite um saldo para a gerência seguinte de 5.786.980,25€.

Recebimentos	2015	%	Pagamentos	2015	%
Saldo da Gerência anterior	3.631.052,94€	19,76%	Despesas Orçamentais	15.488.692,63€	84,2%
Execução Orçamental	3.128.220,95€	17,02%	Corrente	8.874.380,92€	48,2%
Operações de Tesouraria	502.831,99€	2,74%	Capital	6.614.311,71€	36%
Receitas Orçamentais	14.038.752,70€	76,40%	Operações de tesouraria	771.173,33€	4,20%
Correntes	11.098.467,00€	60,40%	Saldo p/ gerência seguinte	2.116.032,13€	11,51%
Capital	2.940.265,09€	16%	Execução Orçamental	1.678.281,02€	9,13%
Outras	20,61€	0	Operações de Tesouraria	437.751,11€	2,38%
Operações de Tesouraria	706.092,45€	3,84%			
<b>TOTAL</b>	<b>18.375.898,09€</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>18.375.898,09€</b>	<b>100%</b>

*A título de Operações de Tesouraria foram recebidos, durante 2015, 706.092,45€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título, no montante de 502.831,99€. Saíram 771.173,333€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 437.751,11€.*

*Consideram-se Operações de Tesouraria, as cobranças que os serviços municipais realizam para entidades terceiras, nomeadamente, Autoridade Tributária, ADSE, CGA, IGFSS, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Sindicatos e outras Instituições. Trata-se portanto de entradas e saídas de fundos, feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.*

## **V - ANÁLISE PATRIMONIAL**

### **1. Evolução da Situação Económica e Financeira**

*O ponto 2.6 do POCAL integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas.*

*É um sistema que, em termos de estrutura e de mapas finais, é similar à contabilidade das empresas privadas, normalmente designada por contabilidade geral ou financeira. Os mapas mais importantes, normalmente denominados como principais peças contabilísticas, são o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos.*

*Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:*



*Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;*

*Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços;*

*Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;*

*Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;*

*Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;*

*Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento.*

*Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:*

*Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;*

*Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros e ainda, confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;*

*Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um*

*sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.*

*Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.*

### **1.1. Análise ao Balanço**

*O Balanço apresenta a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e o Passivo e Capital Próprio, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.*

*Apresentamos, de seguida uma súmula do Balanço da Gerência 2015, na qual se poderá verificar relativamente ao Ativo, o seguinte:*

*- Um decréscimo ligeiro de 2,74% do Ativo Total, devido essencialmente à componente Ativo Circulante que decresceu 58,26%, e o Imobilizado reduziu 1,03%;*

*- O Imobilizado composto pelos elementos do património da Autarquia que têm carácter permanente e não destinados a venda representa 97,02% do Ativo, e o ativo Circulante 2,98%;*

*- No âmbito do Ativo Imobilizado, os Bens de Domínio Público, apresentaram um crescimento negativo (-6,15%) representando 41,24% do total do imobilizado, as Imobilizações Incorpóreas cresceram 39,82% e representam 0,39% do total, as imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros com*

uma variação positiva de 1,04% e 99,08% e 54,57 e 0,82% do total respetivamente;

- No contexto do *Ativo Circulante*, composto pelas disponibilidades e pelos bens e direitos com realização prevista a curto prazo, como é o caso das existências e das dívidas a receber, há a destacar o crescimento dos *Acréscimos e Diferimentos* (20,04%), que visa dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo, e das *Existências* (12,61%) enquanto as *Disponibilidades* apresentaram 71,6% e as dívidas de terceiros de curto prazo 4,35% de redução;

Passando à análise do *Capital Próprio e Passivo*, de registar as seguintes variações face a 2014:

**Capital Próprio:**

O passivo, que representa, à data de encerramento das contas, a totalidade das obrigações da autarquia para com terceiros e que são reflexo de acontecimentos passados e regista o seguinte:

- A manutenção do peso dos *Fundos Próprios* (65,7%) face ao *Passivo* (34,30%);

- Redução em 12,41% nos *Resultados Transitados*;
- Redução de 20,88% no *Resultado Líquido do Exercício*;
- Aumento de 1,02% nos *subsídios*.

**Passivo:**

- Redução em 19,44% na conta *dívida a terceiros Médio e Longo Prazo* e que corresponde às dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra num período superior a um ano; enquadram-se nesta rubrica as dívidas resultantes de empréstimos a instituições financeiras;



**Síntese da Estrutura do Balanço**

ATIVO	2014	%	2015	%	Variação
<b>Imobilizado</b>	<b>83.991.973,39€</b>	<b>95,4%</b>	<b>83.134.176,88€</b>	<b>97,02%</b>	<b>-1,03%</b>
Bens de domínio Público	37.507.435,54€	42,6%	35.333.391,92€	41,24%	-6,15%
Imobilizações Incorpóreas	202.798,53€	0,23%	336.979,96€	0,39%	39,82%
Imobilizações Corpóreas	46.275.248,34€	52,56%	46.760.595,04€	54,57%	1,04%
Investimentos Financeiros	6.490,98€	0,01%	703.209,96€	0,82%	99,08%
<b>Circulante</b>	<b>4.045.809,42€</b>	<b>4,6%</b>	<b>2.556.432,91€</b>	<b>2,98%</b>	<b>-58,26%</b>
Existências	169.993,47€	0,20%	194.532,76€	0,22%	12,61%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	206.090,63€	0,24%	197.504,24€	0,23%	-4,35%
Disponibilidades	3.631.052,94€	4,12%	2.116.032,13€	2,47%	-71,6%
Acréscimos e diferimentos	38.672,38€	0,04%	48.363,78€	0,06%	20,04%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>88.037.782,81€</b>	<b>100%</b>	<b>85.690.609,79€</b>	<b>100%</b>	<b>-2,74%</b>

Fundos Próprios e Passivos	2014	%	2015	%	Variação
<b>Fundos Próprios</b>	<b>58.560.896,72€</b>	<b>66,52%</b>	<b>56.302.183,40€</b>	<b>65,70%</b>	<b>-4,01%</b>
Património	16.067.419,56€	18,25%	16.067.419,56€	18,75%	0
Subsídios	18.529.957,23€	21,05%	18.719.205,81€	21,85%	1,02%
Doações	300,00€	0	300,00€	0	0
Resultados Transitados	27.151.355,86€	30,84%	24.152.685,55€	28,18%	-12,41%
Resultado Líquido do Exercício	-3.188.135,93€	-3,62%	-2.637.427,52€	-3,08%	-20,88%
<b>Passivo</b>	<b>29.476.886,09€</b>	<b>33,48%</b>	<b>29.388.426,39€</b>	<b>34,30%</b>	<b>-0,3%</b>
Dívidas a Terceiros- Médio e Longo Prazo	4.313.593,89€	4,90%	3.611.432,67€	4,22%	-19,44%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	566.193,03€	0,64%	1.047.436,21€	1,22%	45,94%
Acréscimos e diferimentos	24.597.099,17€	27,94%	24.729.557,51€	28,86%	0,54%
<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>88.037.782,81€</b>	<b>100%</b>	<b>85.690.609,79€</b>	<b>100%</b>	<b>-2,74%</b>



## 1.2. Análise à Demonstração de Resultados:

*É objetivo maior da Demonstração de Resultados, aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa, através do confronto dos proveitos e dos custos apurados durante o ano económico em análise.*

*Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que, face ao ano transato, se assistiu a uma redução dos Custos e Perdas em 1,85%, significando que o Município suportou a sua atividade normal com menos custos.*

*Em contraponto, os Proveitos e Ganhos apresentam tendência contrária, tendo aumentado, face a 2014, 1,9%.*

*O Resultado Líquido do Exercício cifrou-se no valor negativo de 2.637.427,52€, menos 20,88% do que o registado em 2014.*

*Apresentamos, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada Conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano anterior.*

**Síntese da Demonstração de Resultados**

Custos e Perdas	2014	%	2015	%	Variação
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	497.490,20€	3,05%	518.096,80€	3,23%	3,98%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.336.897,25€	26,56%	4.259.985,01€	26,58%	-1,80%
Custos com Pessoal	2.823.532,26€	17,29%	2.661.696,74€	16,60%	-6,08%
Transferências e Subsídios Correntes	1.080.203,26€	6,62%	1.206.864,50€	7,53%	10,5%
Amortizações do exercício	7.070.755,11€	43,31%	7.066.442,14€	44,09%	-0,6%
Provisões do exercício	0		0		
Outros custos operacionais	20.672,82€	0,13%	22.437,49€	0,14%	7,86%
Custos e Perdas Financeiras	30.332,91€	0,19%	19.764,65€	0,12%	-53,47%
Custos e Perdas Extraordinárias	466.345,76€	2,85%	273.575,11€	1,71%	-70,46%
<b>Total de Custos e Perdas</b>	<b>16.326.229,57€</b>	<b>100%</b>	<b>16.028.862,44€</b>	<b>100%</b>	<b>-1,85%</b>
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>-3.188.135,93€</b>		<b>-2.637.427,52€</b>		<b>20,88%</b>
	<b>13.138.093,64€</b>		<b>13.391.434,92€</b>		<b>1,9%</b>

Proveitos e Ganhos	2014	%	2015	%	Variação
Prestações de Serviços	1.438.820,92€	10,95%	1.002.746,73€	7,49%	-43,49%
Impostos e Taxas	992.534,23€	7,55%	1.034.673,17€	7,73%	4,08%
Trabalhos para a própria entidade	0		0	0	
Proveitos Suplementares	2.500,00€	0,02%	0	0	0
Transferências e subsídios obtidos	9.017.441,38€	68,64%	9.189.708,54€	68,62%	1,88%
Proveitos e Ganhos Financeiros	277.149,44€	2,11%	522.458,39€	3,90%	46,95%
Proveitos Extraordinários	1.409.647,67€	10,73%	1.641.848,09€	12,26%	14,15%
<b>Total Proveitos e Ganhos</b>	<b>13.138.093,64€</b>	<b>100%</b>	<b>13.391.434,92€</b>	<b>100%</b>	<b>1,9%</b>

*Em termos globais, comparando Custos e Perdas com Proveitos e Ganhos, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram*

*superiores aos segundos, cuja diferença é traduzida por um Resultado Líquido do Exercício negativo, como já foi dito.*

*Analisada a estrutura da Demonstração de Resultados, no global, verificam-se alterações pouco significativas, na repartição do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nível de "Custos e Perdas", quer ao nível do "Proveitos e Ganhos".*

*Ao nível dos "Custos e Perdas", de registar o aumento de cerca de 4% no "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" de 10,5% nas "Transferências, Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais", e 7,86% nos "Outros Custos Operacionais" em contrapartida da redução dos "Fornecimentos e Serviços Externos" em 1,8%, dos "Custos com o Pessoal" em 6,08%) e das "Custos e Perdas Extraordinárias" em 70,46%.*

*Cabe às "Amortizações do Exercício" com 44,09%, a maior fatia dos "Custos e Perdas", seguindo-se em ordem de importância os "Fornecimentos e serviços externos" com 26,58% e os "Custos com Pessoal" com 16,6%.*

*Quanto aos "Proveitos e Ganhos", de registar o aumento dos "Proveitos e Ganhos Financeiros" em 46,95% e dos "Proveitos Extraordinários" em 14,15%, em contrapartida da redução das "Vendas e Prestações de Serviços em 43,49%.*

*Registaram também aumentos, embora que ligeiros os "Impostos e Taxas" em 4,8% e as "Transferências e Subsídios Obtidos" em 1,88%.*

*Repartidos os "Custos e Perdas", por Operacionais, Financeiros e Extraordinários, os primeiros representam 98,17% dos custos e perdas incorridos em 2015, seguindo-se os Custos e Perdas Financeiros, que representaram apenas 0,12% e os Custos e Perdas Extraordinários com 1,71%.*



Quanto aos "Proveitos e Ganhos", constata-se que os Proveitos e Ganhos Operacionais registaram 83,84% do total, cabendo aos Proveitos e Ganhos Financeiros 3,9% e aos Proveitos Extraordinários os restantes 12,26%.

Agrupados e classificados por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, a demonstração de resultados oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da Autarquia, os quais se dividem da seguinte forma:

**Operacionais:** obtidos pelo balanceamento entre os custos operacionais e os proveitos operacionais;

**Financeiros:** obtidos pelo balanceamento entre os custos financeiros e os proveitos financeiros;

**Correntes:** obtidos pela soma dos dois resultados anteriores (operacionais + financeiros);

**Extraordinários:** obtidos pelo balanceamento entre os custos extraordinários e os proveitos extraordinários;

**Líquidos:** obtidos pela aglutinação dos resultados correntes com os extraordinários.

No ano 2015 o município apresentou resultados operacionais negativos no valor de 4.508.394,24€.

Ao contrário, os resultados financeiros, foram positivos em 502.693,74€.



**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

*Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo do Município mediante proposta do órgão executivo.*

*O mesmo ponto determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.*

*Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 2.637.427,52€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.*